

A decorative bar chart in the top left corner, consisting of several vertical bars of varying heights, rendered in a lighter shade of purple.

**ATITUDES PERANTE A
HOMOSSEXUALIDADE**
NAS CIDADES DE MAPUTO, BEIRA E NAMPULA
2013

A decorative bar chart in the bottom right corner, consisting of several vertical bars of varying heights, rendered in a lighter shade of purple.

Agradecimentos

À Oxfam Novib pelo financiamento desta pesquisa sobre Atitudes perante a Homossexualidade nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula, num contexto de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao consultor Eugénio Brás e sua equipa de campo pelo suporte incondicional para a materialização do estudo.

A todos os participantes da pesquisa nas cidades de Maputo, Beira e Nampula que de forma voluntária responderam às questões da pesquisa.

Nosso muito obrigado.

Autor: Associação Lambda (AL)

Consultoria: Eugénio Brás

Colaboradores: Rehana Capurchande, Baltazar Muinga

Conselho Técnico: Yolanda Sithole (Oxfam), Augusto Guambe (Lambda), Danilo da Silva (Lambda), Dário de Sousa (Lambda), Lénia Mapelane (Lambda), Marcos Benedetti (Pathfinder)

Design Gráfico: Danilo da Silva

AL © 2013 1ª Edição.

Maputo, Setembro de 2013.

As informações aqui apresentadas podem ser reproduzidas desde que a fonte seja citada.

Visite-nos em: www.lambdamoz.org

www.facebook.com/LambdaMoz

Índice

1 Glossário	6
2 Introdução	8
3 Objectivos do estudo	10
3.1 Objectivo Geral	10
3.2 Objectivos específicos	10
4 Contextualização sobre a Homossexualidade	11
5 Metodologia	16
5.1 A Amostra	17
5.2 Processo de recolha de dados	22
5.3 Implementação da pesquisa	22
5.4 Importância do guia local	22
5.5 Processamento e análise de dados	23
5.6 Aspectos éticos considerados durante a recolha de dados	23
5.7 Composição da equipa, capacitação e controlo de qualidade	23
5.8 Dados sobre a cidade de Maputo	24
5.9 Dados sobre a cidade da Beira	29
5.10 Dados sobre a cidade de Nampula	33
6 Análise comparativa sobre conhecimento, atitudes e práticas em torno da homossexualidade	38
6.1 Conhecimento sobre a homossexualidade	39
6.2 Opinião sobre a prática e a orientação sexual	41
6.3 Educação sexual	41
6.4 Atitudes e orientação sexual nos espaços públicos	43
6.5 Direitos e orientação sexual	43
6.6 Orientação sexual e violência	47
7 Discussão dos resultados	50
8 Considerações finais	55
9 Recomendações	56
10 Bibliografia	57

Lista de Tabelas

- Gráfico 1: Distribuição da amostra por província 17
- Gráfico 3: Distribuição por religião dos participantes da pesquisa nas três cidades em estudo 18
- Gráfico 2: Distribuição por Género dos participantes da pesquisa nas três cidades em estudo 18
- Gráfico 4: Nível de escolaridade dos participantes - Cidade de Maputo 19
- Gráfico 5: Estado civil dos participantes - Cidade da Beira 20
- Gráfico 6: Posse ou não de filhos por parte dos participantes - Cidade de Nampula 21
- Gráfico 8: Opinião sobre a homossexualidade - Cidade de Maputo 24
- Gráfico 7: Conhecimento sobre a homossexualidade - Cidade de Maputo 24
- Gráfico 9: Percepções em torno da homossexualidade - Cidade de Maputo 25
- Gráfico 10: percepções sobre o melhor lugar onde aprender sobre práticas sexuais na cidade de Maputo 26
- Gráfico 11: Atitude que tomaria se soubesse que tem um/a filho/a homossexual- Cidade de Maputo 26
- Gráfico 12: Atitude relativa ao convite para participar de uma palestra sobre a homossexualidade - Cidade de Maputo 27
- Gráfico 13: Percepção se um homossexual assumisse cargo de Presidente da República - Cidade de Maputo 27
- Gráfico 14: Atitude se visse um homossexual a ser agredido fisicamente por ser homossexual - Cidade de Maputo 28
- Gráfico 16: Opinião sobre a homossexualidade - Cidade da Beira 29
- Gráfico 15: conhecimento sobre a homossexualidade na cidade da Beira 29
- Gráfico 17: Percepções em torno da homossexualidade na - Cidade da Beira 30
- Gráfico 18: Lugar onde aprender sobre práticas sexuais - Cidade da Beira 30
- Gráfico 20: Atitude se fosse convidado a participar de uma palestra sobre a homossexualidade - Cidade da Beira 31
- Gráfico 19: Atitude que tomaria se soubesse que tem um parente próximo homossexual. 31
- Gráfico 21: Atitude que tomaria se um homossexual assumisse cargo de Presidente da República - Cidade da Beira 32
- Gráfico 22: Atitude se visse um homossexualidade a ser agredido fisicamente por ser homossexual - Cidade da Beira 32
- Gráfico 24: Opinião em torno da homossexualidade - Cidade de Nampula 33
- Gráfico 23: Conhecimento sobre a homossexualidade - Cidade de Nampula 33
- Gráfico 25: Percepções em torno da homossexualidade - Cidade de Nampula 34
- Gráfico 26: Percepções sobre o melhor lugar onde aprender sobre a homossexualidade - Cidade de Nampula 35
- Gráfico 29: atitude que tomaria se um homossexual assumisse o cargo de Presidente da República 36
- Gráfico 30: Se visse um homossexual a ser agredido fisicamente por ser um homossexual 37
- Gráfico 31: Já ouviu falar sobre a homossexualidade? 39
- Gráfico 32: Conhece alguém que seja homossexual? 39
- Gráfico 33: perfil dos que consideram a homossexualidade uma condição normal 40
- Gráfico 34: Distribuição por género dos que consideram a homossexualidade uma prática normal 40

- Gráfico 35: Opinião sobre a homossexualidade nas três cidades 40
- Gráfico 36: Reação ao parente homossexual nas três cidades 41
- Gráfico 37: Dados comparativos sobre quem deve falar sobre a sexualidade com os filhos 42
- Gráfico 38: Dados comparativos sobre o melhor lugar para falar sobre a sexualidade 42
- Gráfico 39: Percepções sobre a possibilidade de um homossexual poder ocupar um cargo de liderança 43
- Gráfico 40: Percepções sobre os direitos de adopção de crianças por parte dos homossexuais 43
- Gráfico 41: Percepções sobre a legalização do casamento 44
- Gráfico 42: Percepções sobre a necessidade de criação de uma associação em defesa dos direitos dos homossexuais 44
- Gráfico 43: Percepções sobre os direitos de adopção por parte dos homossexuais em função do sexo. 45
- Gráfico 44: Igualdade de direitos em relação à adopção filhos 45
- Gráfico 45: Percepções quanto a criação de uma associação em defesa dos direitos dos homossexuais 46
- Gráfico 46: Atitude se visse dois homens a beijar-se em local público 47
- Gráfico 47: Percepções se tivessem um filho homossexual 48
- Gráfico 47: Atitude se visse um homossexual a ser agredido por ser homossexual 49

1 Glossário

Bissexual: Corresponde à atracção sexual, emocional e afectiva tanto por pessoas do mesmo sexo quanto por pessoas do sexo oposto. A bissexualidade não significa uma indecisão quanto ao sexo que se prefere, nem que a pessoa bissexual é mais promíscua ou instável; muito menos significa que procura a bigamia nas suas relações amorosas.

Cultura gay: Corresponde à partilha de níveis de significado particulares e por um estilo de vida que corresponde a uma vivência identitária traduzida na expressão «ser gay». A cultura gay engloba um conjunto partilhado de símbolos, ideologias, valores e uma identidade comum.

Discriminação sexual: A discriminação sexual constitui um determinado comportamento discriminatório dirigido aos indivíduos com base na sua orientação sexual, a homossexualidade, a bissexualidade e outras orientações sexuais. A heterossexualidade não é alvo de discriminação. Na base da discriminação está o preconceito, a ideia preconcebida manifestada geralmente na forma de uma atitude discriminatória.

Desvio: Corresponde à violação de uma norma social, ou seja, o conceito de desvio refere-se à ausência ou falta de conformidade face às normas ou obrigações sociais estabelecidas.

Direitos das minorias sexuais: Enquadram-se nos direitos sexuais na perspectiva dos Direitos Humanos, e apontam para a possibilidade do livre exercício responsável da sexualidade. Às minorias sexuais são negados (tanto pela lei ou pela prática) direitos civis, políticos e sociais. As minorias sexuais não reivindicam “direitos adicionais” ou “especiais”, mas a observância dos mesmos direitos das pessoas heterossexuais.

Estigma: Refere-se a uma marca social (visível ou não) de vergonha que deprecia o indivíduo no convívio social, o indivíduo estigmatizado possui uma identidade social real que inclui um atributo que frustra as expectativas de “normalidade”.

Gay: Refere-se à pessoa que tem orientação

homossexual (tanto homens quanto mulheres), porém comumente usa-se o termo gay para referir-se a um homem homossexual. Também se refere a um indivíduo com senso de identidade pessoal e social com base na sua homossexualidade, manifestando comportamentos e aderindo a uma comunidade de pessoas que compartilham da mesma orientação sexual.

Género: O conceito de género constitui uma categoria analítica na análise da diferenciação social entre os homens e as mulheres, este conceito é útil para explicar muitos dos comportamentos de mulheres e homens em nossa sociedade, nos ajudando a compreender grande parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida política, na sua vida sexual e reprodutiva, assim como na família.

Homossexual: Designa-se homossexual ao indivíduo que tem atracção ou relação sexual e afectiva por outro do mesmo sexo, ou seja, a homossexualidade refere-se a um padrão duradouro de experiências sexuais, afectivas e românticas entre pessoas do mesmo sexo.

Homofobia: Significa repulsa, repugnância, ódio ou preconceito que algumas pessoas ou grupos possuem contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais e travestis. O homofóbico coloca o homossexual e outras orientações sexuais na condição de inferioridade, de anormalidade, baseada no domínio da lógica heteronormativa.

Homo-erótico: Indivíduo que mantém relação com a homossexualidade e com o erotismo, ou seja, refere-se especificamente ao próprio desejo que pode ser temporário, em que o indivíduo orienta esse desejo para indivíduos do mesmo sexo, para obter satisfação erótica.

Heterossexual: Indivíduo que tem atracção ou relação sexual e afectiva por outro de sexo oposto, assim um homem heterossexual sente-se atraído pelas mulheres, e uma mulher heterossexual sente atracção pelos homens. A heterossexualidade é, portanto, o oposto da homossexualidade (relações eróticas entre indivíduos do mesmo sexo) e distingue-se da bissexualidade (relações eróticas com indivíduos de ambos os sexos).

Lésbica: Refere-se a uma mulher homossexual que tem atracção sexual e afectiva por outra mulher.

Minorias sexuais: As minorias sexuais são representadas de várias formas (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Hermafroditas, Travestis e Transexuais). O termo “minoria” não pretende referir a quantidade numérica deste grupo, mas, sim, a uma atribuição valorativa que é imputada a este grupo a partir da óptica dominante, que é a heterossexualidade.

Orientação sexual: Refere-se à atracção física ou emocional e o desejo sexual (paixões, fantasias) de uma pessoa por outra, podendo ser do mesmo sexo, do sexo oposto, ou por ambos os sexos. Assim, reconhece-se a bissexualidade, a homossexualidade, a heterossexualidade. Porém, existem outros tipos de orientação sexual.

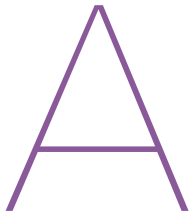
Práticas sexuais: Refere-se a actividades associadas com relações sexuais.

Socialização: A socialização pode ser entendida como um aprendizado social constante, pelo qual aprendemos a língua, os símbolos, as normas sociais, a usar objectos, a crer em determinadas coisas ou seres, a termos determinado tipos de sentimentos, comportamentos, etc. É por meio deste processo que o indivíduo internaliza as regras sociais e adquire a cultura que o conduzirá a

ver o mundo segundo a óptica cultural aprendida.

2 Introdução

Em resposta à necessidade de avaliação de comportamentos, práticas e atitudes perante a homossexualidade em Moçambique, foi realizado o estudo em três cidades de Moçambique, nomeadamente, Maputo, Beira e Nampula. O mesmo visa compreender o comportamento social face à homossexualidade, em particular os conhecimentos, atitudes e práticas, de modo a produzir evidências para a acção, com vista à promoção e protecção dos direitos das minorias sexuais (LGBT).



homossexualidade é histórica, genérica e social. Não obstante se tenha perpetuado através dos séculos e em todas as sociedades, a homossexualidade é um facto social que suscita debates controversos nas esferas política, jurídica, religiosa e social. Paralelamente, em diversos países cresce o número de sectores da sociedade que se têm mobilizado para compreender, elucidar e enfrentar as diversas formas de violências que afectam os homossexuais, incluindo a defesa e a promoção dos seus direitos sociais e legais.

Os estudos sobre os direitos sexuais e formas de convivência das minorias sexuais apontam os efeitos perniciosos a que as minorias sexuais estão sujeitas e as diversas formas de manifestação de violências e isolamento social. Moçambique não foge à regra. A hostilidade em relação às pessoas não heterossexuais, comumente chamada de discriminação sexual, homofobia ou homo-negatividade, tende ao recrudescimento. Trata-se de uma atitude hostil que marca a orientação sexual não heterossexual como sendo inferior ou anormal às pessoas que a praticam como pecadoras, doentes, delinquentes ou desequilibradas, chegando às vezes ao extremo de despojá-las de sua condição de seres humanos. Ademais, a homofobia expressa-se em diferentes formas activas de violência física ou verbal, rejeição silenciosa e institucionalizada das pessoas, e em limitação do seu acesso a direitos, espaços reconhecimento, prestígio e poder (Guimarães, 2004; Carrara, et al., 2003; Ramos & Carrara, 2003; Lacerda 2002). De igual modo, não se podem ignorar os actos de violação dos direitos sexuais promulgados na Carta Universal dos Direitos Humanos.

É neste contexto que se torna relevante avaliar os conhecimentos, atitudes e práticas em torno da homossexualidade em três cidades de Moçambique. Pois, na sociedade moçambicana a compreensão da homossexualidade e seus diferentes contornos é um dos grandes desafios actuais, e requer a desnaturalização e a superação de crenças e valores arraigados, nas formas de agir e pensar, que legitimam a violência contra as minorias sexuais. A discriminação, o estigma, a violação dos direitos das minorias sexuais, a ausência de protecção jurídico-legal têm contribuído, em grande medida, para diferentes estratégias e formas de identificação por parte dos homossexuais, incluindo o silêncio e a ocultação de sua identidade. Como refere Heilborn (1996), os espaços de sociabilidade tais como o local de trabalho, o bairro, a família, a igreja, entre outros, constituem esferas de inquietação em que os homossexuais optam pela manipulação e ocultação da sua orientação sexual. Por sua vez, Meneses (1998) sublinha que uma boa parte da experiência quotidiana dos homossexuais

implica diferentes formas de ocultação ou omissão da orientação sexual. Essa omissão é explicitamente sentida como uma forma de lidar com a homofobia e marginalização sexual.

Existe uma tendência nos debates das esferas públicas e privadas, consubstanciadas pelas perspectivas religiosa, política e social, de se impor uma relação directa entre orientação sexual e identidade sexual. Este cenário tem contribuído para a que a sexualidade, incluindo as práticas de educação sexual, seja discutida a partir de modelos dicotómicos e problemáticos. Neste modelo a heterossexualidade é considerada normal, não problemática conforme os “bons costumes e tradição”. Em contrapartida, a homossexualidade acarreta uma perda de referenciais e torna confusa a identidade de género (papéis sociais diferenciados para homens e mulheres). Diante deste cenário, prevalecem mitos e preconceitos, e a homossexualidade é definida como um problema social que deve ser combatido. Ademais, é vista como geradora de patologia dentro do modelo normativo de família, que resulta de uma importação do estrangeiro, e que contribui para a degradação dos costumes.

Contudo, há estudos que rejeitam essa tendência da atribuição da normalidade e anormalidade na orientação sexual, bem como demonstram ligações problemáticas entre comportamento, identidade e a formação da comunidade Gay (Longarary & Ribeiro, 2009; Weeks, 1999; Heilborn, 1996).

Adicionalmente, as evidências trazidas pelas pesquisas não permitem vislumbrar a possibilidade de ocorrência de distúrbios e desvios de conduta, nem tão pouco quaisquer efeitos perversos, riscos ao normal desenvolvimento e à estabilidade emocional, decorrentes do convívio de crianças com pais do mesmo sexo.

É neste âmbito que o presente estudo visa compreender a forma de manifestação da homossexualidade nas três cidades de Moçambique, em particular os conhecimentos, atitudes e práticas em torno da identidade homossexual nas esferas pública e privada, educação sexual, direitos das minorias sexuais e questões relacionadas com a violência no seio dos grupos que se relacionam com os homossexuais, para propor acções em defesa e promoção dos direitos das minorias sexuais.

3 Objectivos do estudo

3.1 Objectivo Geral

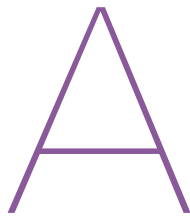
Produzir evidências para a acção com vista à promoção e protecção dos Direitos das Minorias Sexuais em Moçambique.

3.2 Objectivos específicos

- Identificar e analisar as percepções, atitudes e práticas sobre a homossexualidade nas regiões Sul, Centro e Norte de Moçambique;
- Captar a percepção sobre os direitos e orientação sexual nas esferas pública e doméstica;
- Perceber as práticas em torno da educação sexual, orientação sexual e violência no seio das minorias sexuais;
- Descrever o ambiente sociopolítico face à homossexualidade, com enfoque sobre a realidade moçambicana;
- Propor estratégias específicas para intervir sob questões relacionadas com a discriminação, violência e promoção dos direitos sexuais das minorias.

4 Contextualização sobre a Homossexualidade

Nesta secção faz-se uma análise sobre alguns estudos realizados a nível internacional e nacional em torno da homossexualidade a partir de diferentes abordagens e experiências. Os estudos analisados debruçam-se sobre as explicações em torno da homossexualidade, suas causas, factores motivacionais para a manifestação da homofobia, violação dos direitos humanos das minorias sexuais, incluindo formas de convivências e estratégias utilizadas na convivência entre grupos de orientação sexual distintos.



partir de meados do século XIX questionamentos sobre a homossexualidade começam a ganhar relevo. A fim de se descobrir as causas da homossexualidade, as perspectivas médica e psicológica procuravam trazer mudanças nas abordagens sobre a homossexualidade predominantes nessa época. A título de exemplo, das primeiras explicações e ideias simplistas sobre a homossexualidade passou-se a um entendimento da homossexualidade como doença. Neste contexto, a homossexualidade é tratada como uma patologia congénita, uma perversão, daí a necessidade de se repensar em medidas preventivas e curativas.

Para a abordagem médica, a homossexualidade era captada como algo de natureza biológica, sendo a sua causa considerada como um desequilíbrio hormonal. Chegando-se deste modo a atribuir-se à homossexualidade também como uma das causas, a hereditariedade. Por sua vez, a abordagem psicológica, à semelhança da medicina, considera a homossexualidade uma patologia em que os homossexuais sofrem de uma inversão sexual. No século XIX o homossexual era comparado a um doente com tendências à paranóia e à esquizofrenia, e foi neste momento histórico que os psicólogos foram convocados como profissionais a tratar desse "desvio" à norma heterossexual (Fry 1982). Somente a partir da década de 70, a homossexualidade deixa de ser considerada doença tanto pela Associação Psiquiátrica Americana bem como pela Associação de Psicologia Americana (Matias 2007).

Como se pode depreender, ambas abordagens assentam em pressupostos semelhantes na explicação e concepção da homossexualidade. Como refere Foucault (1990), qualquer avaliação médica ou psiquiátrica das funções da reprodução está entrelaçada aos métodos de análise da anomalia. Em seguida, "porque no interior do domínio constituído por essa anomalia serão identificados os distúrbios característicos da anomalia sexual. A anomalia sexual mostra-se, primeiramente, como uma série de casos particulares de anomalia" (Foucault apud Vieira, 2009: 494).

Contudo, abordagens mais recentes defendem que a orientação sexual é resultado da construção social, (Sampaio 2013). Assim, as ações, pensamentos e sentimentos são resultado da ininterrupta interação entre o nosso organismo e as coisas que lhe acontecem. O comportamento não é nem biologicamente determinado, nem psicologicamente determinado, mas fruto desta relação. Ademais, a orientação sexual é algo mais complexo do que características inatas ou uma "escolha". A orientação sexual depende da intersecção entre como o indivíduo se comporta e, principalmente, como ele mesmo se vê.

Por sua vez, estudos de naturezas sociais e antropológicas defendem uma abordagem baseada numa explicação social e rejeitam todas as explicações biológicas que consideram a homossexualidade como uma patologia biológica. As explicações sobre a homossexualidade passam a ser explicadas a partir de factos sociais e existe uma tendência de considerar vários factores que influem no comportamento e orientação sexual dos indivíduos. A título de exemplo, Herek (apud Winter, 2011) aponta diferentes factores motivacionais que podem ser responsáveis pela homofobia em determinado indivíduo, a saber, uma interação/experiência desagradável com pessoas homossexuais; receio/medo de se relacionar com indivíduos homossexuais; pressão das normas e práticas sociais; o próprio sistema de crenças individuais.

Em Moçambique, alguns estudos debruçam-se sobre a questão da homossexualidade quer no campo dos direitos humanos quer ainda no contexto social diversificado. A título de exemplo, Arthur (2004), em "Homossexualismo e Direitos Humanos", questiona a forma como tem vindo a ser abordada a homossexualidade em Moçambique, num contexto marcado pela promoção dos Direitos do Homem. Passados 50 anos desde a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual é reconhecido o direito ao gozo de liberdades individuais e dos povos e à diversidade, a autora apela para o reconhecimento das diferenças das minorias étnicas. Refere que os direitos das minorias sexuais são direitos universais que incitam a conviver com quem é diferente e a respeitar as opções culturais, religiosas e individuais, que não impeçam os outros de também usufruir dos seus direitos.

Por seu turno, Timbana (2012) analisa os processos de afirmação de identidades de mulheres que fazem sexo com outras mulheres na cidade de Maputo. O estudo explora experiências de "Maria rapaz", entendido como indivíduos do sexo feminino que se vestem de trajes socialmente concebidos para "homens" e pelo facto de praticarem o futebol. A pesquisa revela que essas mulheres constroem as suas identidades ao longo do tempo, e através de seus pensamentos e práticas criam uma rede e passam a fazer parte de um movimento político de luta pelos direitos das minorias sexuais, reivindicando uma orientação sexual específica, a de "lésbicas".

A partir das atitudes e comportamentos quotidianos dos «gays», Manhice (2012) procura traçar as suas trajectórias sexuais, identificando os posicionamentos individuais e colectivos accionados e manipulados por estes indivíduos, e a forma de reconhecimento da sua identidade sexual. Contudo, devido ao preconceito e à ignorância das práticas homossexuais, na maioria das vezes a afirmação de uma identidade homossexual "gay" pode conduzir à discriminação destes indivíduos pela sociedade em geral, assumin-

do comportamentos que marginalizem os "gays". Deste modo, alguns dos "gays" optam por viver a sua orientação sexual de forma sigilosa e em privado. Ademais, a afirmação de uma identidade homossexual "gay" é um processo que passa pelo reconhecimento de uma incompatibilidade em compreender os papéis sexuais sociais e pelo reconhecimento da diferença.

Saiete (2011) em "Construção e Gestão da Identidade Homossexual Lésbica em Moçambique" descreve os processos de construção e gestão identitária das mulheres lésbicas filiadas à Associação Lambda na cidade de Maputo. O estudo compreende a forma como as mulheres lésbicas constroem e gerem a sua identidade através das interações que mantêm nos diversos espaços que frequentam. Os resultados revelam que as mulheres lésbicas assumem a identidade homossexual, e adoptam um conjunto de estratégias de gestão da imagem que incluem a omissão da orientação sexual em determinados espaços de sociabilidade como escola, família e círculos de amizade.

Em "Diagnóstico da Orientação Sexual em Maputo e Nampula", Bagnol (1996) faz uma análise da situação do ponto de vista dos direitos humanos das minorias sexuais, incluindo a identificação dos diferentes grupos e tipos de organizações, bem como a avaliação do impacto social da revelação de uma identidade considerada não convencional. A dificuldade com que os indivíduos na sociedade enfrentam por revelarem a sua orientação sexual, contribui para que as formas de atracção identificadas sejam pouco entendidas, reconhecidas e assumidas pelos visados. Em geral, os indivíduos não assumem a sua identidade afectivo-sexual bierótica ou homo-erótica fora dos seus grupos, assim como existe pouco interesse em pressionar a sociedade para que se reverta a forma como essas formas de atracção sexual são entendidas. A autora sugere que a criação de grupos de discussão sobre a sexualidade poderia constituir uma alavanca para o conflito existente entre os modelos heterossexual e homossexual.

Por seu turno, Manuel et al (s/d), com o objectivo de analisar quais são as atitudes dos alunos do curso de licenciatura em Educação e Biologia de Moçambique em relação a gays e lésbicas, constata que os estudantes desencadeiam atitudes moderadamente negativas em relação aos homossexuais, as quais foram influenciadas pela experiência docente, idade, estado civil, religiosidade e conhecimento de pessoas homossexuais. Diferentemente, as variáveis como género, área e local de residência não tiveram efeitos estatisticamente significativos sobre as atitudes em relação aos homossexuais.

Domingos (2012) propõe analisar na cidade de Maputo a conjugalidade entre homossexuais e sua consti-

tuição de família e parentesco, num contexto social em que as conjugalidades são pensadas e estruturadas a partir de quadros hétero-normativos. O autor constata que as famílias homossexuais ancoram-se na igualdade, quer nas relações sociais, assim como nas suas relações conjugais. A união conjugal entre homossexuais é feita numa primeira fase através de rompimentos de convivências entre familiares dos homossexuais e os próprios homossexuais, devido a entraves, tenções e discórdias que os seus familiares apresentam face aos modelos de conjugalidade dos homossexuais. Em alguns casos, as relações de convivência familiar são reactivadas por meio de alguns parentes. Na sua maioria, são os sobrinhos dos homossexuais que passam a viver com seus tios homossexuais. Assim, a rede de parentesco alastra-se para outras famílias do outro parceiro devido à convivência destes.

Nhassengo (2013), em "Identidade Gay e Lésbica: estratégias e táticas usadas pelos homossexuais para contrapor o estigma e a marginalização social na cidade de Maputo", debruça-se sobre as estratégias que os homossexuais usam no quotidiano, para contrapor o estigma e a marginalização, nas diferentes interacções e espaços sociais hetero-normativos. O estudo procura compreender o processo de construção da identidade homossexual, a forma como é gerida e é feita a manipulação da identidade gay em espaços de sociabilidade heterossexual e, o processo de produção e reprodução da "cultura gay". Há uma tendência de se assumir uma dupla identidade: heterossexual perante a sociedade e homossexual perante outros homossexuais. A afirmação da identidade homossexual é feita na maior parte das vezes após a integração num grupo de referência. Assim, a Associação Lambda (local de pesquisa) constituiu um espaço no processo de revelação e afirmação da "gay" ou "lésbica", um espaço de sociabilidade, diversão, convívio, interacção e um espaço onde se sentem protegidos e tomam conhecimento dos seus direitos.

Dias (s/d) sublinha que o direito ao tratamento igualitário não depende da tendência sexual. Por conseguinte, inexistindo o pressuposto da igualdade haverá a dominação e a sujeição. Todo o ser humano tem o direito de exigir respeito ao livre exercício da sexualidade. Sem a liberdade sexual, o indivíduo não se realiza, tal como ocorre quando lhe falta qualquer outro direito fundamental. Os princípios da igualdade e da liberdade estão consagrados já no preâmbulo da Carta Constitucional, ao conceder protecção a todos, vedar a discriminação e os preconceitos por motivo de origem, raça, sexo ou idade, e assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Contudo, a prática revela-se contraditória.

...é urgente compreender e trabalhar a diversidade sexual, desmistificar os preconceitos, reconhecer as diferenças e combater a homo-negatividade e promover os direitos das minorias sexuais.

Da Silva et al (2010), num estudo sobre "Vulnerabilidade e risco de infecção pelo HIV entre homens que fazem sexo com homens na cidade de Maputo", procura-se perceber as necessidades dos homossexuais em termos de saúde, comportamentos de risco face ao HIV e redes sociais e dinâmicas de funcionamento. Conclui-se que os homossexuais na cidade de Maputo vivem um contexto de vulnerabilidades múltiplas que os expõem ao risco de infecção pelo HIV. A ineficiência dos actuais programas de prevenção e cuidados no contexto do HIV e a discriminação social a que estes estão sujeitos contribuem para que se mantenham ocultos e, conseqüentemente, privados de demandar o seu direito à informação e serviços de saúde. E essa é de certa forma a mesma conclusão a que chega Guambe, em um estudo mais recente (2012), em que aborda as "Experiências e Percepções Sobre o Uso de Insumos de Prevenção de HIV e outras ITS em Homens que Fazem Sexo com Outros Homens na Cidade de Maputo entre 2010 e 2012". Dentre as várias constatações do estudo, conclui-se que a população dos homens que fazem sexo com outros homens (HSH) tem um fraco conhecimento sobre as infecções de transmissão sexual (ITS) e seus modos de transmissão, assim como ela desconhece as formas de prática de sexo seguro que deveriam ser

difundidas pelos programas de prevenção e combate ao HIV e SIDA em Moçambique. Entretanto, segundo o autor, os materiais de informação, educação e comunicação em saúde estão voltados apenas para a população que pratica sexo heterossexual. E isso é expresso pelo próprio acesso a alguns insumos, no caso particular do lubrificante, o qual, segundo o estudo, é comumente obtido nos escritórios da Lambda, e sua disponibilidade nas farmácias é bastante reduzida (Guambe, 2012).

Pode-se depreender destes estudos que os preconceitos sociais em relação à sexualidade têm conseqüências no âmbito da saúde sexual. E isso se reflecte no facto dos programas focalizarem as relações hetero-eróticas vaginais, em detrimento de outras formas de expressão da sexualidade. Conseqüentemente, os homossexuais sentem-se menos protegidos e com escassa informação sobre a sua condição.

No contexto internacional, Fry (1983) procura compreender a construção de categorias sociais que dizem respeito à sexualidade masculina no Brasil, numa tentativa de desfocar a discussão da homossexualidade do campo da medicina e da psicologia para colocá-la no campo da Antropologia Social. O autor identifica um sistema de representações sobre a sexualidade na periferia de Belém (Brasil) baseada em papéis de género segregados e hierarquizados. Neste sistema cultural, assume-se que o homem pode manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, sem com isso perder o seu status de homem, desde que assuma o papel activo na relação. E os que assumem o papel passivo são considerados desviantes.

Em "A homossexualidade em foco: discutindo o padrão masculino dominante", Barreto (s/d) preocupa-se com os homossexuais, grupo este designado de diferente do padrão dominante de género imposto pela sociedade, e que ao longo dos anos vêm ganhando cada vez mais espaço e visibilidade na sociedade brasileira. Ele aprofunda as questões relativas a esse grupo, numa tentativa de entender a formação de uma identidade homossexual, caracterizada muitas vezes através de uma identidade territorial, com a formação de territórios de convivência homossexual. Enfatizando o campo simbólico referente a esse grupo, o autor propõe uma reflexão sobre a questão do preconceito e do respeito às diferenças.

Por sua vez, Meneses (1998) destaca os locais de sociabilidade pública especificamente gay (bares e discotecas explicitamente frequentado por gays) como sendo espaços que desempenham um papel importante na formação da identidade homossexual. Nesses espaços constrói-se um discurso de diferenciação pela positiva, de oposição ao discurso da sociedade envolvente acerca da homossexualidade.

Ademais, estes espaços são também locais de resistência discursiva, de fronteiras de significação, locais de identificação e de socialização de uma experiência considerada clandestina.

Como se pode depreender, os vários estudos e abordagens mostram como é urgente compreender e trabalhar a diversidade sexual, desmistificar os preconceitos, reconhecer as diferenças e combater a homo-negatividade e promover os direitos das minorias sexuais. Ademais, há uma lacuna na compreensão, avaliação de conhecimentos, atitudes e práticas no contexto nacional sobre a homossexualidade. Dos estudos existentes, apenas se focaliza o grupo alvo que são as minorias sexuais, em detrimento do que constituem conhecimentos e práticas de um grupo diversificado que inclua ambos, homossexuais e heterossexuais. Ademais, nos estudos com os homossexuais, em ambos contextos, internacional e nacional,

percebe-se que as minorias sexuais são marginalizadas devido à hegemonia heterossexual, que é o padrão construído como norma de orientação sexual, sendo as diferentes formas de exercício da sexualidade consideradas desviantes. A não-aceitação da homossexualidade prende-se com o facto de as culturas gerarem categorias, esquemas e rótulos muito diferentes, para estruturar as experiências sexuais e afectivas.

Essas construções não só influenciam as concepções sobre a homossexualidade, como também desencadeiam atitudes e reacções violentas, bem como inibem a liberdade de expressão de todas as formas de orientação sexual. Assim, o presente trabalho procura perceber quais os conhecimentos, atitudes e práticas que existem e se fazem para propor alternativas e acções que permitam promover os direitos das minorias sexuais em Moçambique.

A não-aceitação da homossexualidade prende-se com o facto de as culturas gerarem categorias, esquemas e rótulos muito diferentes, para estruturar as experiências sexuais e afectivas.

5 Metodologia

Partindo de uma metodologia quantitativa, três principais fases foram observadas. A primeira, iniciou com a revisão documental que permitiu a clarificação do conceito de pesquisa. Para tal, procedeu-se à revisão documental de estudos quer a nível nacional e internacional. De entre os documentos analisados, constam o plano estratégico de Lambda, relatórios e outros documentos que se mostraram relevantes para a compreensão do estudo. A análise documental orientou a elaboração dos instrumentos de recolha de dados utilizados, a saber, os questionários. A segunda fase, consistiu na recolha de dados no terreno nas três cidades em estudo e, por último, procedeu-se à elaboração do relatório final.

5.1 A Amostra

De acordo com as orientações do proponente da pesquisa, foram seleccionadas três províncias para a realização do estudo, nomeadamente, Maputo, Sofala e Nampula. E nestas províncias, foram seleccionadas as suas respectivas capitais provinciais, Maputo, Beira e Nampula, respectivamente.

Administrativamente, o país divide-se em províncias, distritos, postos administrativos e localidades. Dentro dessa divisão, podemos encontrar espaços que são considerados urbanos e outros de rurais. Os espaços urbanos encontram-se subdivididos em bairros e quarteirões, (sendo que a cidade de Maputo tem também distritos municipais, visto que ela tem também estatuto de província). Para o presente estudo, foram seleccionados todos os bairros de cada cidade, e deles definiu-se os quarteirões como áreas da amostra, de acordo com a população de cada um. Assim, a amostra é de 1200 inquéritos. O tamanho da amostra foi calculado em função de um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro inferior a 5% .

Cidade	População	Amonsta	Amostra ajustadas
Nampula	471,717	445	450
Beira	431, 583	294	300
Maputo	1,094,628	196	200
Total	1,997,928	935	950

Tabela 1: distribuição da amostra segundo a província

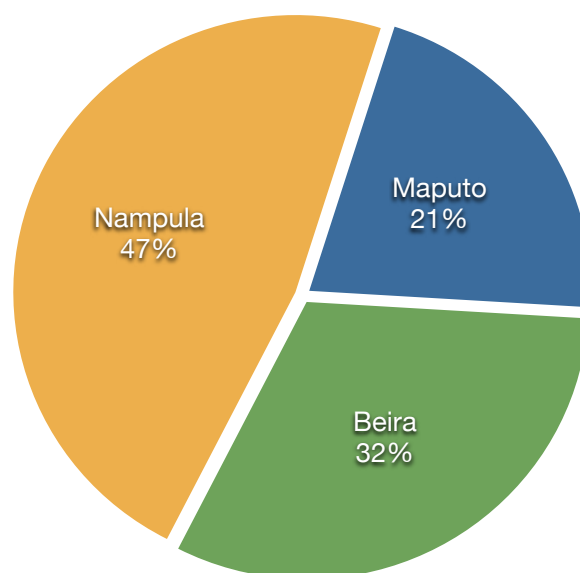


Gráfico 1: Distribuição da amostra por província

5.1.1 Perfil da amostra nas três cidades em estudo

A amostra é composta por uma heterogeneidade em termos de faixa etária, religião, residência e nível de escolaridade. A faixa etária dos participantes da pesquisa varia no intervalo de 17 a 96 anos nos três locais de estudo. A cidade da Beira apresenta um valor percentual mais elevado dos entrevistados do sexo masculino, seguido da cidade de Nampula e Maputo, enquanto para o sexo feminino Nampula torna-se a mais representativa. Não há diferenças significativas entre as cidades de Maputo e Beira na distribuição do género feminino. A TABELA 2 ilustra a distribuição por género.

Cidade	Masculino	Feminino
Maputo	157	43
Beira	234	62
Nampula	227	230
Total	618	335

Tabela 2: Distribuição da amostra por género

A religião mais predominante entre os entrevistados é a cristã católica, sendo a cidade de Nampula representada por uma percentagem de 48.6%, seguida da cidade de Maputo e Beira, com 46.5% e 34.1%, respectivamente. Entre os entrevistados, foram identificados indivíduos que professam a religião cristã evangélica, islâmica e zione, sendo destas a mais representativa a evangélica, com maior destaque para a cidade da Beira com 40.5%, seguida da islâmica com uma percentagem de 38.3% para a cidade de Nampula. Apenas 0.2% dos entrevistados professam a religião zione na cidade de Nampula e 1% dos entrevistados é representativo da cidade de Maputo que professa uma religião não especificada. A cidade da Beira lidera a percentagem dos entrevistados sem religião com cerca de 15.5%.

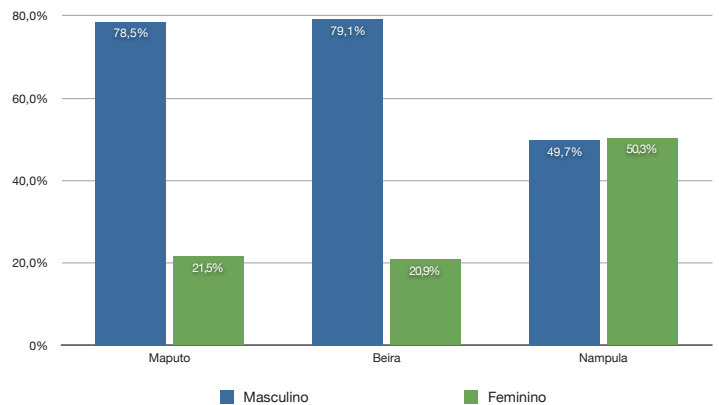


Gráfico 2: Distribuição por Género dos participantes da pesquisa nas três cidades em estudo

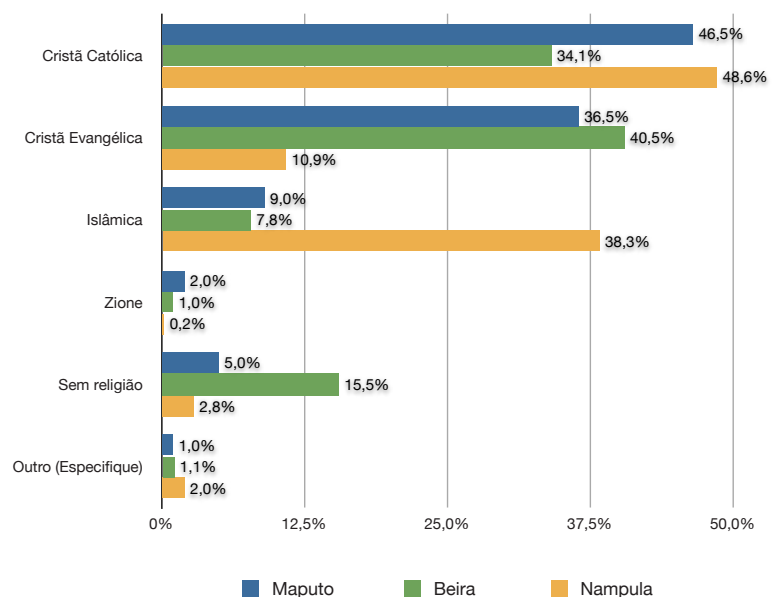


Gráfico 3: Distribuição por religião dos participantes da pesquisa nas três cidades em estudo

5.1.1.1 Perfil da amostra da cidade de Maputo

Na cidade de Maputo foram entrevistados 200 indivíduos de ambos os sexos. Do total da amostra 157 homens e 43 mulheres cujas idades são compreendidas entre os 17 e 70 anos. A orientação sexual dos entrevistados é diversificada, sendo os heterossexuais representados por cerca de 81%, os bissexuais por cerca de 16%, os homossexuais por 5% e apenas 1% dos assexuais (não declarada). Os remanescentes distribuem-se em 5%, dos que não responderam à questão e 1% dos que não sabem. A religião católica cristã e católica evangélica são as mais predominantes entre os entrevistados, constituindo-se em cerca de 46.5% e 36.5%, respectivamente. Os participantes que comungam a religião islâmica constituem 9% e a zione 4%, sendo o remanescente 10% os indivíduos que se identificam sem religião. Cerca de 135 dos entrevistados são solteiros, e o remanescente casados/união de facto. Somente um caso de divorciado foi identificado. De todos os entrevistados, 108 têm filhos e 92 não os têm. O número total de filhos, nos casos em que existem, varia de 1 a 11 filhos. O nível de escolaridade é diversificado como se pode observar através do

GRÁFICO 4.

Dos entrevistados, o maior grupo é dos com nível secundário incompleto, sendo estes aproximadamente 33%, seguido do secundário completo com cerca de 25%. O nível superior apresenta uma relativa representatividade (7%) dos indivíduos com uma formação completa, e 15% incompleta. Apenas 1% não apresenta nenhum nível de formação.

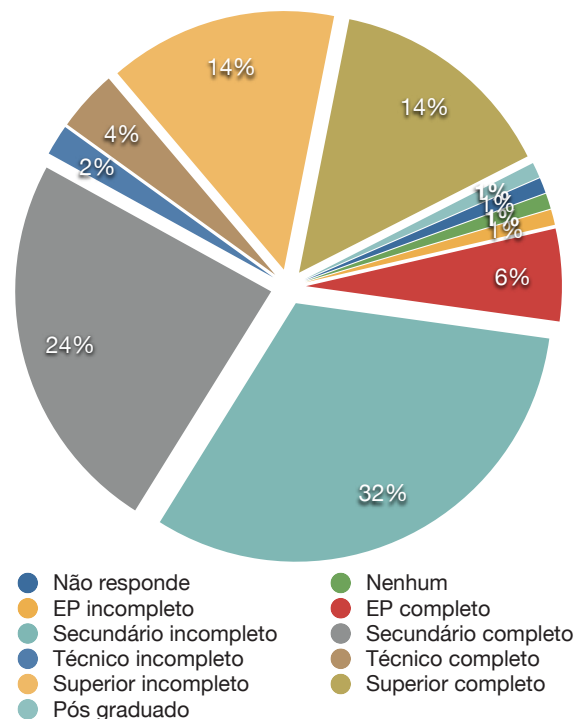


Gráfico 4: Nível de escolaridade dos participantes - Cidade de Maputo

5.1.1.2 Perfil da amostra da cidade da Beira

Partindo de uma amostra composta por 296 casos, foram entrevistadas pessoas com idades compreendidas entre os 18 e 96 anos. Do total dos participantes, 234 são homens e 62 são mulheres. A maior parte dos entrevistados tem como orientação sexual a heterossexual representada por cerca de 95.3%, seguida da bissexual com 4.1%. A religião cristã evangélica é a mais predominante entre os entrevistados, seguida da cristã católica, sem religião e a islâmica representadas por 40.5%, 31.1%, 15.5% e 7.8%, respectivamente. O budismo e zione são as outras formas de expressão religiosa com expressão insignificante. Quando questionados sobre a posse de filhos, cerca de 53% responderam de forma afirmativa, e 45.9% de forma negativa e 3% não responderam à questão. A maior parte dos participantes tem o nível de escolaridade incompleto (33%) seguido do EP incompleto (21%) e do EP completo (16%). Os restantes níveis de escolaridade distribuem-se da seguinte forma: secundário completo (11%); superior incompleto (6%); nenhum nível (5%); técnico incompleto (4%) e técnico completo e superior completo ambos representados pela mesma taxa (2%). O número total de filhos entre os respondentes de forma positiva varia de 1 a 9.

Como se pode observar através do **GRÁFICO 5**, a maior parte dos participantes se encontra na categoria de solteiros, seguida da condição de casado ou "união de facto" sendo representados por 53% e 41.9%, respectivamente.

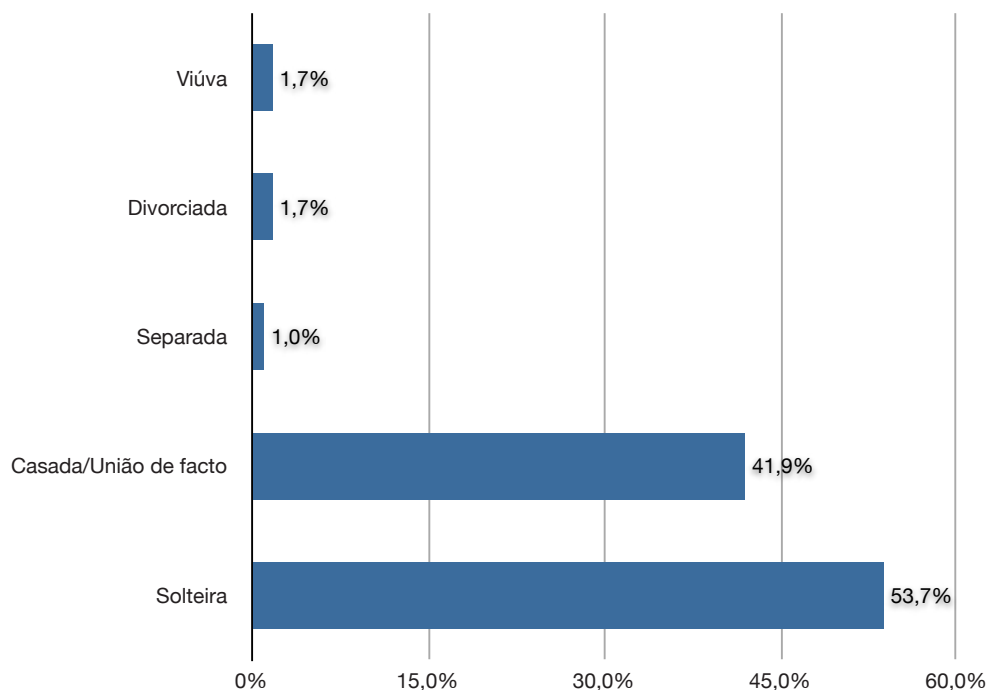


Gráfico 5: Estado civil dos participantes - Cidade da Beira

5.1.1.3 Perfil da amostra da cidade de Nampula

Com uma amostra de 457 elementos, participaram no estudo aproximadamente 49.7% indivíduos de sexo masculino e 50.3% do sexo feminino. A orientação sexual dos respondentes é mais preponderante para a heterossexual representada por cerca de 91.9%, seguida da homossexual com 4% e a bissexual com aproximadamente 2.6%. A taxa de 1.3% é representativa da orientação assexual e dos participantes que não responderam e apenas 2.2% responderam não saber. A religião mais predominante é cristã católica seguida da islâmica, representadas por 49.6% e 35.5%, respectivamente. As restantes orientações religiosas destacam-se, a evangélica (11.2%) e zione (2%). Contudo cerca de 7% não responderam à questão e 2.9% identificam-se como sem religião. Dos entrevistados, 69.1% são solteiros e 28.4% são casados/união de facto. A mesma percentagem de 4% representa as condições de separado e divorciado e cerca de 1.5% são viúvos. Destacam-se como níveis de escolaridade representativos os seguintes, secundário incompleto (31%), secundário completo (21%), EP incompleto (15%), superior incompleto (14%), EP completo (6%), superior completo (5%) e nenhum nível bem como o técnico incompleto ambos representados por cerca de (3%).

O **GRÁFICO 6** que se segue ilustra a condição de posse de filhos:

O número de participantes que tem filhos é de cerca de 61%, sendo que o número de filhos varia de 1 a 11. Contudo, cerca de 37% responderam não ter filhos e apenas 2% não responderam à questão colocada.

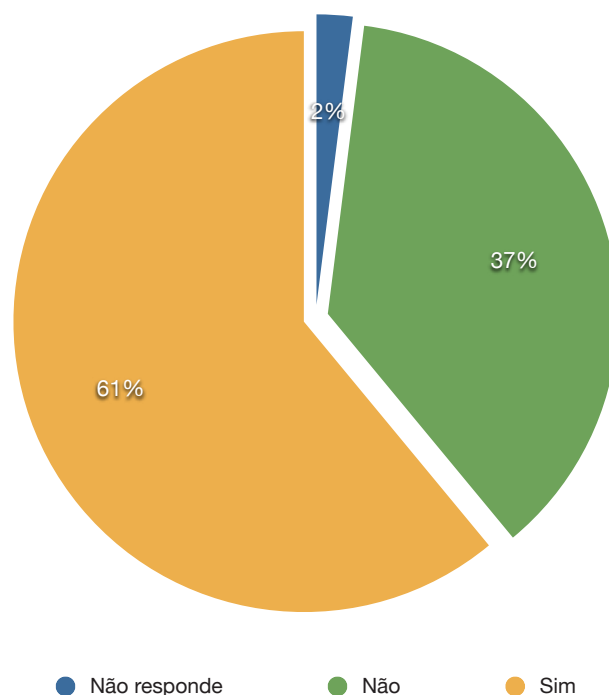


Gráfico 6: Posse ou não de filhos por parte dos participantes - Cidade de Nampula

5.2 Processo de recolha de dados

Para a selecção dos quarteirões, recorreu-se ao método de amostragem aleatória simples do qual foram sorteados aleatoriamente conforme os procedimentos que a seguir se apresentam: a) listar todos os quarteirões; b) numerar consecutivamente os quarteirões; c) escolher a primeira comunidade usando o método da lotaria; d) escolher a segunda comunidade usando o mesmo método, mas sem repor a primeira sorteada e sucessivamente, tendo em conta a alternância entre homem e mulher.

A partir da amostra acima referida, a selecção do indivíduo a inquirir foi feita dentro de agregados familiares (AF), sendo assim a selecção do AF para a realização do inquérito foi feita com base no “Método do dia”. Depois de seleccionado o agregado familiar, para a selecção do membro a inquirir recorreu-se ao “Método do último aniversário”, sendo que a idade mínima foi de 17 anos. Com a aplicação desta metodologia, ficou garantida uma cobertura que tem em atenção os diversos aspectos referidos nos termos de referência. Os resultados assim obtidos reflectirão as tendências de opinião de cada uma das províncias, com uma margem de erro que não ultrapassa os 5%.

O inquérito é um instrumento de recolha de dados que providencia respostas fechadas e, por isso, quantificáveis, que tem também como vantagens a possibilidade de colher informação a um elevado número de pessoas num espaço de tempo relativamente curto. Assim, para garantir a qualidade das respostas os questionários foram administrados por um inquiridor. Isso permitiu salvaguardar que todas as perguntas fossem respondidas e também para que as perguntas que os inquiridos não tivessem certeza ou não compreendessem o que se pretende, o inquiridor pudesse esclarecer.

5.3 Implementação da pesquisa

Os inquiridores apresentaram-se às estruturas da unidade de realização do inquérito todos os dias, como forma de facilitar a identificação e localização das unidades mínimas. Chegados à unidade mínima, os inquiridores posicionaram-se numa ponta do bairro e passaram à aplicação do “Método do dia”. Após seleccionar o agregado familiar, foi seleccionado o membro que devia responder ao inquérito, com base no método do “Último aniversário”, tendo sempre em atenção a idade e a alternância de sexos.

Todos os inquéritos foram revistos diariamente pelo

coordenador com vista a detectar possíveis erros de preenchimento dos questionários. Nos casos onde foram detectados erros, os inquiridores tiveram que retornar ao agregado familiar para clarificar algumas respostas.

5.4 Importância do guia local

Devido à falta de domínio da realidade local, a utilização do guia é crucial na localização e identificação dos limites da área, e ainda na identificação de estruturas residenciais de difícil localização para o inquiridor. Os critérios considerados para ser guia local foram os seguintes:

- O indivíduo seleccionado deve ser da comunidade, de preferência alguém influente na comunidade ou um indivíduo indicado pelo régulo ou responsável pela comunidade;
- Deve ser conhecido pela maioria dos membros do bairro e/ou quarteirão;
- Deve conhecer os limites do bairro e a localização de agregados familiares;
- Deve conhecer, com perfeição, as vias de acesso mais seguras e rápidas para ter acesso aos AFs.

5.5 Processamento e análise de dados

Os dados foram processados mediante a dupla digitação no programa SPSS. A dupla digitação permite reduzir erros de digitação, e alguns erros de inquiridores que eventualmente possam não ter sido detectados pelo supervisor de campo. Posteriormente fez-se a limpeza, o tratamento e a gestão de base de dados de modo a produzir as tabelas e gráficos inseridos no presente relatório.

5.6 Aspectos éticos considerados durante a recolha de dados

Durante a recolha de dados, os pesquisadores na sua relação com os potenciais participantes do estudo ou com os participantes do mesmo tiveram que informar, discutir ou observar algumas regras. Assim, os pesquisadores tiveram que aproximar-se dos potenciais participantes do estudo com cordialidade (cumprimentar, apresentar-se e informar a sua intenção na qualidade de pesquisador). Os pesquisadores tiveram ainda que informar aos potenciais participantes sobre os objectivos do estudo bem como sobre a liberdade de aceitarem participar do mesmo.

Uma vez aceite a sua participação o pesquisador teve que informar sobre a natureza sigilosa da informação, bem como o tempo de duração da entrevista.

Antes de iniciar a entrevista ou a discussão em grupo, o pesquisador deu uma oportunidade para os participantes colocarem perguntas. Os participantes do estudo foram informados que podiam não responder às questões com as quais não se sentissem confortáveis, bem como tinham a liberdade de interromper a entrevista se assim o desejassem, e que não sofreriam sanção alguma se tomarem essa opção.

Durante as entrevistas, como forma de demonstração de respeito para com os participantes do estudo, o pesquisador tinha que ter o telefone em modo silencioso e não atender chamadas telefónicas.

Findo o processo de recolha de dados cabe ao proponente da pesquisa assegurar a protecção das identidades dos participantes do estudo. Para o efeito, a Lambda tem a responsabilidade de não publicar quaisquer dados pessoais, de modo a preservar a questão da confidencialidade e da protecção das identidades dos participantes do estudo.

5.7 Composição da equipa, capacitação e controlo de qualidade

O presente estudo foi levado a cabo por uma equipa subdividida em duas unidades complementares. Uma das unidades foi responsável pela componente quantitativa e a outra componente qualitativa. A avaliação contou com um coordenador geral e cada uma das componentes também teve a presença de um coordenador.

Os coordenadores trabalharam em estreita colaboração em todas as etapas da avaliação, desde a preparação até à sua finalização. A mesma permitiu a complementaridade dos dados recolhidos bem como das análises efectuadas, de modo a que respondessem cabalmente aos objectivos da avaliação. Cabe ao coordenador de cada componente definir necessidades de recursos humanos, estipular cronograma de actividades, proceder à selecção de recursos humanos para a recolha, tratamento e análise de dados bem como treiná-los e proceder ao acompanhamento de suas actividades. Ao coordenador geral da pesquisa coube a tarefa de assegurar a elaboração de compilar as propostas, dados, análises e relatórios preliminares de cada uma das componentes.

5.8 Dados sobre a cidade de Maputo

5.8.1 Conhecimento sobre a homossexualidade

Do total dos respondentes, cerca de 94% responderam de forma afirmativa que já ouviram falar da homossexualidade e apenas 6% não têm conhecimento sobre o fenómeno. Em relação às opiniões que existem sobre a homossexualidade, igual percentagem considera normal e anormal, sendo ambas representadas por cerca de 37%. As restantes opiniões percebem a homossexualidade como sendo pecado (11%), vergonhoso (5%), vontade divina, doença e indecente todas elas representadas por apenas 3%. O gráfico que se segue é ilustrativo das opiniões em torno da homossexualidade.

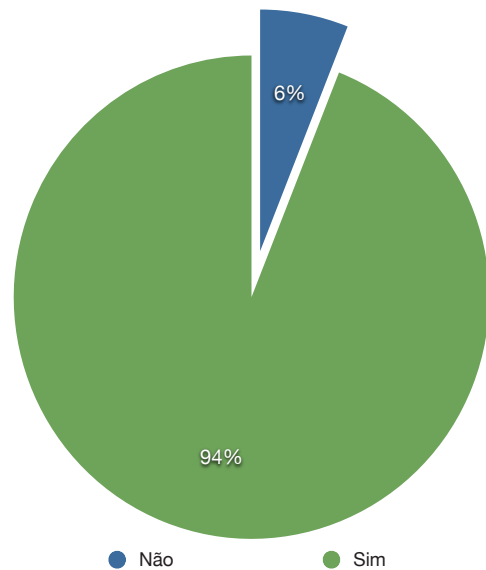


Gráfico 7: Conhecimento sobre a homossexualidade - Cidade de Maputo

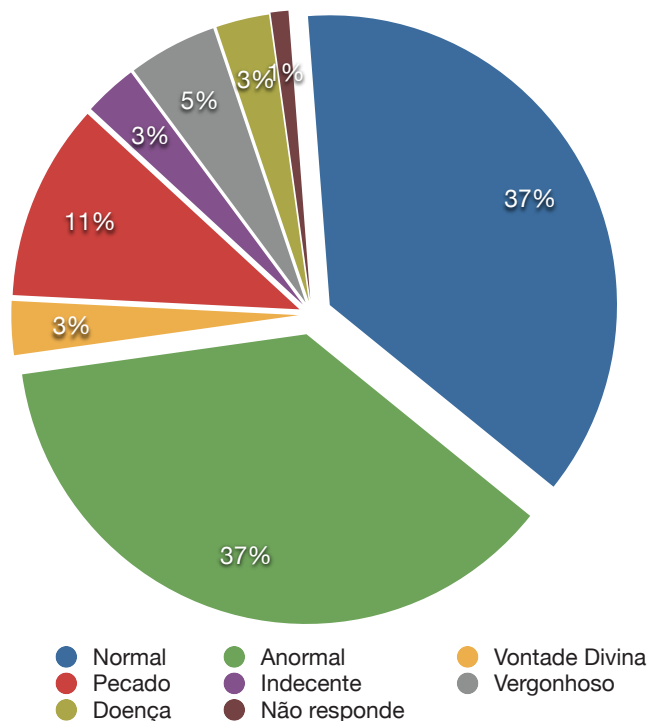


Gráfico 8: Opinião sobre a homossexualidade - Cidade de Maputo

5.8.2 Prática sexual e orientação sexual

Os entrevistados foram questionados sobre as práticas e orientação sexual. Na pergunta sobre o que significa ser homossexual, 44% responderam que se trata de uma situação em que pessoas do mesmo sexo mantêm relações sexuais. Uma considerável percentagem recai para a resposta segundo a qual se trata de ter atracção física por pessoas do mesmo sexo (36%). O estudo procurou também conhecer junto aos entrevistados, o que faz uma pessoa tornar-se homossexual. As respostas variam entre 43.5% que defendem ser genético, 10 % que consideram ser doença e tratar-se de uma influência de pares, 9% que atribui à doença e 6.5% à curiosidade e 5% para um problema do plano espiritual. O **GRÁFICO 9** que se ilustra as primeiras respostas dadas sobre o que se considera ser homossexual.

Uma das inquietações do estudo consistia em saber dos participantes qual seria a explicação que dariam à origem da homossexualidade. Constatou-se uma disparidade nas respostas sobre a origem da homossexualidade, que variam em como sendo um problema genético, hábitos do estrangeiro e problema da modernidade representadas por cerca de 48%, 27% e 12%, respectivamente.

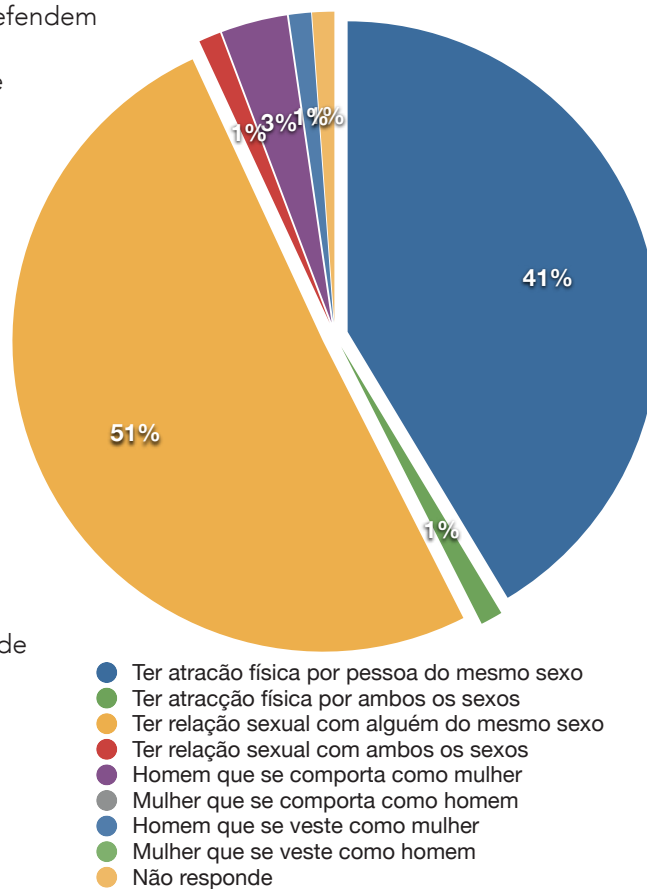


Gráfico 9: Percepções em torno da homossexualidade - Cidade de Maputo

5.8.3 Educação sexual

Entre os entrevistados, foi colocada a questão sobre o que se pensa sobre a educação sexual, os lugares onde se deve aprender sobre a sexualidade, e como se sentem em falar sobre a sexualidade com os seus filhos ou pessoas sob a sua responsabilidade. Em relação ao local de aprendizagem sobre as práticas sexuais as respostas por ordem de prioridades destacam-se em casa (66%), na escola (19%), com amigos na rua (6%), nos ritos de iniciação (4%) e na igreja (3%). Cerca de 2% consideram não saber o local certo para falar sobre práticas sexuais. Os entrevistados consideram ainda que ambos os pais têm a responsabilidade de falar sobre a sexualidade com os seus filhos, sendo representado por aproximadamente 77%. Algumas diferenças foram encontradas no progenitor responsável, sendo estas representadas por 9.5% para a mãe, 7.5% para o pai e 5% para os padrinhos.

Já a maioria considera que se sentiria normal falar sobre a sexualidade com os filhos (59.5%). Cerca de 26% referiram que se sentem bem em falar sobre o assunto, ao passo que 9% se sentiriam envergonhados, e apenas 2% se sentiriam mal. **O GRÁFICO 10** apresenta a opinião sobre o local onde se deve aprender sobre práticas sexuais.

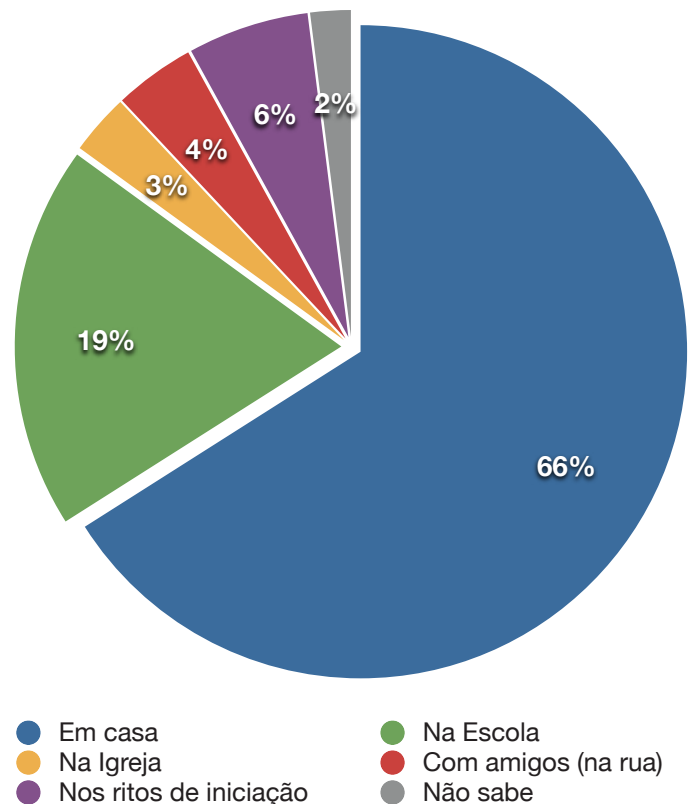


Gráfico 10: percepções sobre o melhor lugar onde aprender sobre práticas sexuais na cidade de Maputo

5.8.4 Atitudes e orientação sexual nos espaços públicos e domésticos

Questões relativas a atitudes e orientação sexual nos espaços públicos e doméstico apresentam-se controversas, e as respostas variam consideravelmente entre os dois extremos. Quando questionados sobre a atitude que tomariam se soubessem que o seu filho fosse homossexual, 38% aceitavam, 23% fariam mudar de opinião, 16% buscariam tratamento para mudar e apenas 9% apoiariam. Por seu turno, considera-se anormal um homem relacionar-se sexualmente com um homem (50%) contra 25,5% que considera normal. De igual modo, considera-se anormal uma mulher relacionar-se sexualmente com outra mulher (46%) contra 21% que considera normal.

A maioria dos participantes considera que um homossexual não pode ocupar um cargo de liderança sendo representado por 47.5%, contra os que responderam de forma afirmativa 43%. Em caso de serem convidados a participar de uma palestra sobre a homossexualidade, em torno de 75% aceitariam e 16% responderam de forma negativa. **O GRÁFICO 12** ilustra a opinião em relação à possibilidade de participar numa palestra sobre a homossexualidade.

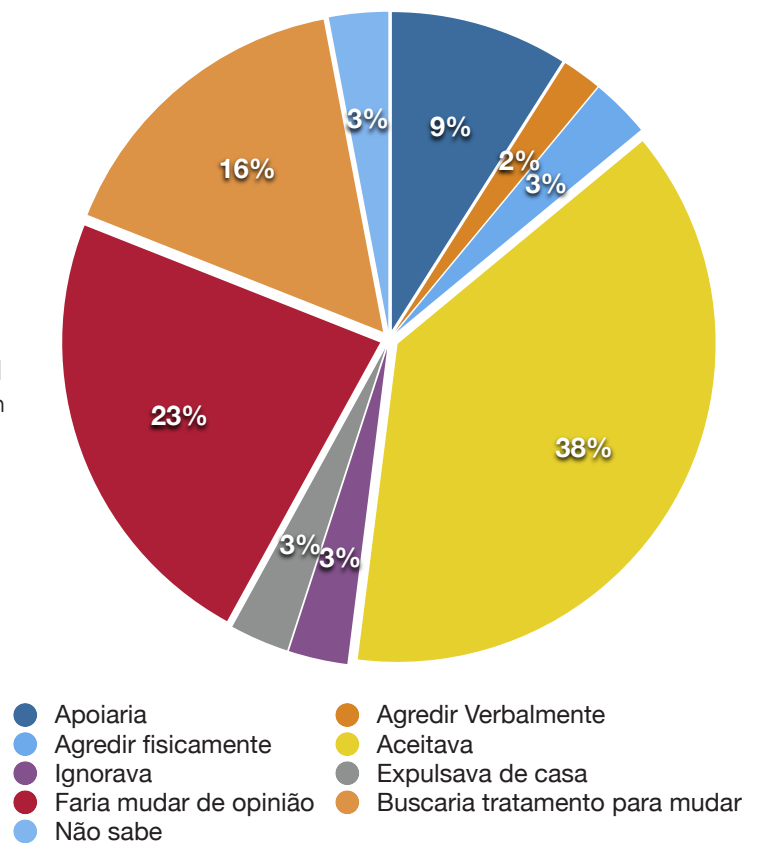


Gráfico 11: Atitude que tomaria se soubesse que tem um/a filho/a homossexual- Cidade de Maputo

Há uma tendência à tolerância e à passividade em casos de se conhecer ou assumir a identidade homossexual de um vizinho, professor e colega de trabalho. A título de exemplo, quando questionados sobre a atitude a ter, em caso de saber que o professor de um filho seu é homossexual, cerca de 50% responderam que não fariam nada, já 11% aconselhariam o filho a ter cuidado, 9.5% mudariam o filho da escola, 8.5% mudariam de professor e 8% apresentariam uma reclamação à escola.

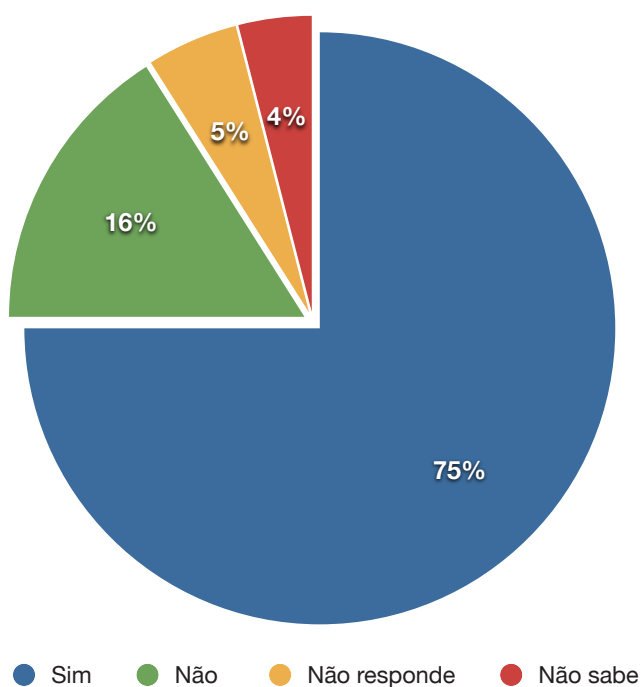


Gráfico 12: Atitude relativa ao convite para participar de uma palestra sobre a homossexualidade - Cidade de Maputo

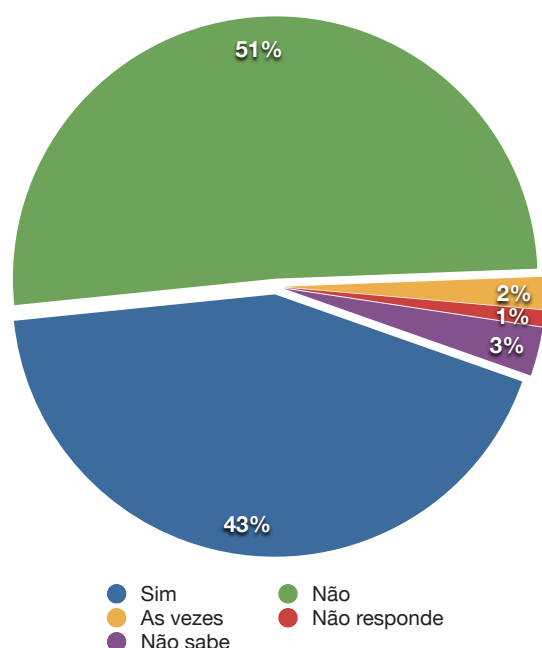


Gráfico 13: Percepção se um homossexual assumisse cargo de Presidente da República - Cidade de Maputo

5.8.5 Direitos e orientação sexual

Os entrevistados foram questionados sobre os direitos sexuais das minorias. E percebeu-se haver uma tendência para a representatividade dos extremos positivo e negativo. No que se refere à existência dos mesmos direitos entre os casais homossexuais e heterossexuais, aproximadamente 42.7% responderam de forma afirmativa, já 37.5% afirmaram que não, e 9.5% referiram haver uma situação em que os direitos das minorias podem não se aplicar no nosso contexto, ou ser aceites mesmo que eles existam. A metade dos entrevistados afirma que os homossexuais podem adoptar uma criança (50%), enquanto um número considerável nega aos homossexuais esse direito (36,4%). De igual modo, não há consenso na legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, sendo, 47% contra, 37% a favor, 14 % indiferente e apenas 2% responderam não saber. Contrariamente, a maioria dos participantes aceitaria um convite caso fosse convidado a casamento de homossexuais, comparativamente aos que não compareceriam, sendo representados por 37% e 47%, respectivamente. O gráfico que se segue representa a opinião dos entrevistados quanto à possibilidade de um homossexual assumir um cargo de Presidente da República. Como se pode observar, cerca de 51% recusam esse direito aos homossexuais, enquanto 43% aceitam ser um dos direitos dos homossexuais.

Apesar de um leque dos direitos aos homossexuais não ser reconhecido pelos entrevistados, a necessidade da criação de uma associação em defesa dos direitos dos homossexuais foi assumida como uma necessidade, representada por cerca de 48.5%, contra 44.5% contra.

5.8.6 Orientação sexual e violência

A maioria dos respondentes afirma não se justificar o uso da violência contra as minorias sexuais sendo representados por aproximadamente 79.5%. Contudo, constatou-se que cerca de 60.3% nunca ouviram falar de algum homossexual que tenha sido agredido fisicamente, ao passo que 24.5 % já tiveram conhecimento de casos de violência. O gráfico abaixo ilustra a atitude dos entrevistados se visse um dos homossexuais a ser agredido. Observa-se que cerca de 60% defenderiam a vítima, 21% participariam da agressão, 9% ficariam indiferente e 7% chamariam à polícia.

Foi igualmente colocada uma questão sobre o que se deveria fazer se um homossexual sofresse de alguma forma de violência física ou verbal, e constatou-se que cerca de 55% apresentariam o caso à polícia. Contudo, não existem diferenças significativas entre os respondentes que não fariam nada e os que apresentariam o caso à família, estes constituem 21% e 20%, respectivamente.

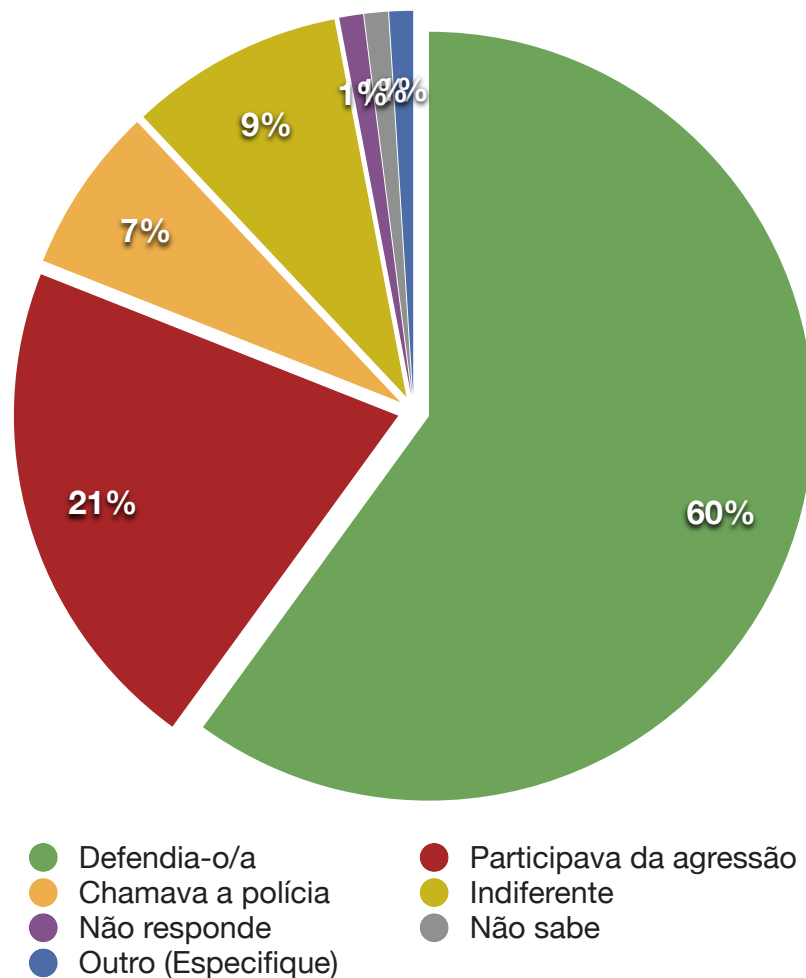


Gráfico 14: Atitude se visse um homossexual a ser agredido fisicamente por ser homossexual - Cidade de Maputo

5.9 Dados sobre a cidade da Beira

5.9.1 Conhecimento sobre a homossexualidade

Do total dos respondentes, cerca de 78% responderam de forma afirmativa que já ouviram falar da homossexualidade, e apenas 21% não tem conhecimento sobre o fenómeno. Em relação às opiniões que existem sobre como elas consideram a homossexualidade, existem diferenças significativas entre os que se posicionam entre o que consideram "normal" e aqueles que acham "anormal", sendo representadas por cerca de 20% e 41%, respectivamente. As restantes opiniões percebem a homossexualidade como sendo pecado (9%), vergonhoso (11%), vontade divina (11%), doença (4%) e indecente (3%). O **GRÁFICO 16** é ilustrativo das opiniões em torno da homossexualidade.

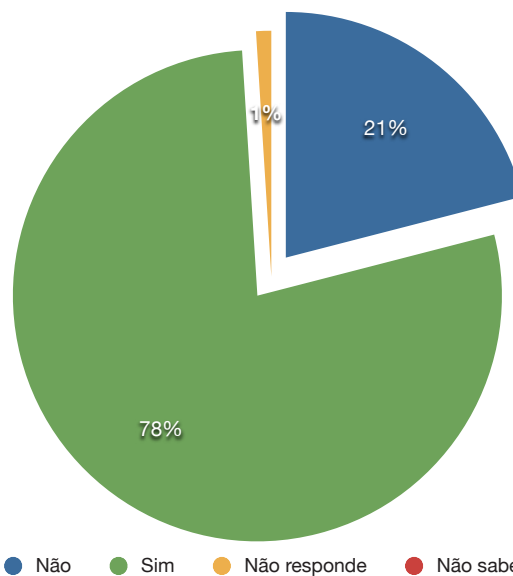


Gráfico 15: conhecimento sobre a homossexualidade na cidade da Beira

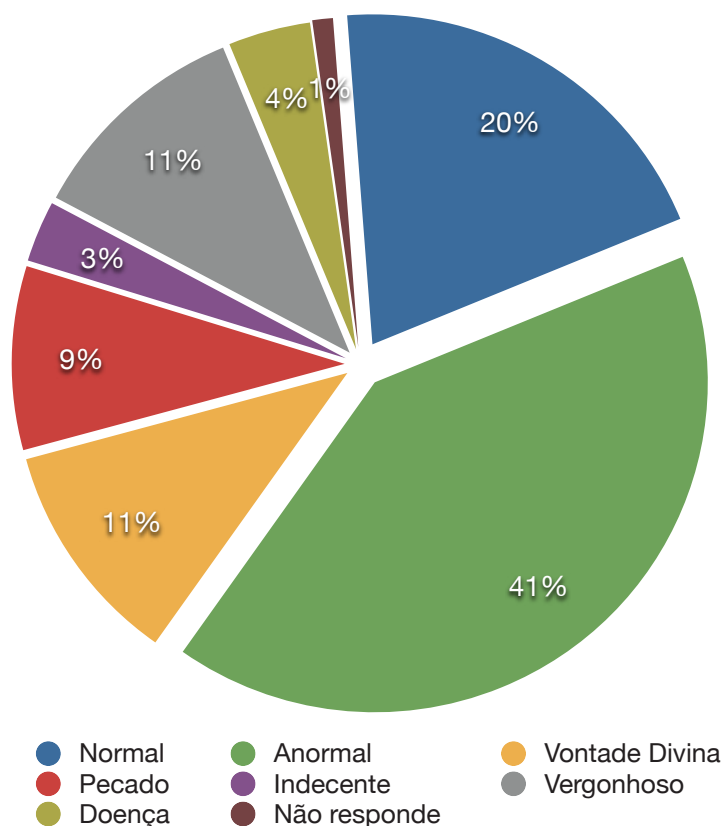


Gráfico 16: Opinião sobre a homossexualidade - Cidade da Beira

5.9.2 Prática sexual e orientação sexual

Os entrevistados foram questionados sobre práticas e orientação sexual, sendo que cerca de 62% responderam considerar-se uma situação em que os indivíduos têm atracção física por pessoas do mesmo sexo. Contudo, um considerável número de entrevistados não respondeu, seguido dos que consideram ter uma relação sexual com uma pessoa do mesmo sexo, representados por 23% e 7%, respectivamente. O estudo procurou também conhecer junto dos entrevistados o que faz uma pessoa tornar-se homossexual. As respostas variam em 25.7% que defendem ser genético, 11.1 % que consideram ser doença e tratar-se de uma influência de pares, 7.5%, 4.8% à curiosidade e 5.5% para um problema do plano espiritual, vítima de abuso sexual (3%) e por amor (5.1%). O gráfico que se segue ilustra as primeiras respostas dadas sobre o que se

considera ser homossexual.

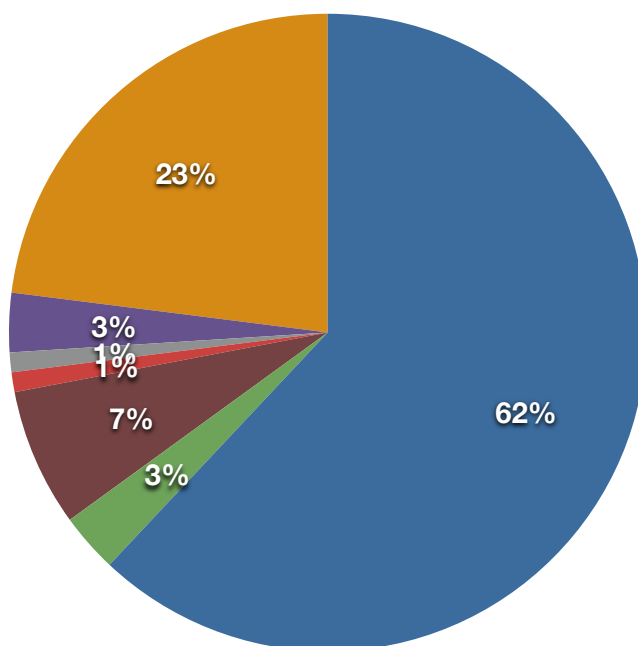
Uma das inquietações do estudo consistia em saber dos participantes qual seria a explicação que dariam à origem da homossexualidade. Constatou-se uma disparidade nas respostas sobre a origem da homossexualidade, que variam em como sendo hábitos do estrangeiro, algo genético ou da própria natureza, problema da modernidade representadas por cerca de 35%, 34% e 11%, respectivamente. Dos entrevistados que não sabem são 16%

5.9.3 Educação sexual

Entre os entrevistados foi colocada a questão sobre o que se pensa sobre a educação sexual, os lugares onde se deve aprender sobre a sexualidade e como se sentem em falar sobre a sexualidade com os seus filhos ou pessoas sob a sua responsabilidade na educação sexual. Em relação ao local de aprendizagem sobre as práticas sexuais, as respostas por ordem de prioridades destacam-se a casa (44%), a escola (18%), nos ritos de iniciação (13%), com amigos na rua (9%), e na igreja (9%). O **GRÁFICO 18** apresenta a opinião sobre o local onde se deve aprender sobre práticas sexuais.

Os entrevistados consideram ainda que ambos os pais têm a responsabilidade de falar sobre a sexualidade com os seus filhos, sendo representado por aproximadamente 46.6%. Algumas diferenças foram encontradas no progenitor responsável, sendo estas representadas por 18.9% para o pai, 6.8% para a mãe, e um destaque para os avós com aproximadamente 12%.

A maioria considera que se sentiria normal falar sobre a sexualidade com os filhos (45.6%) enquanto 19.6% se sentiriam envergonhados. Ademais, cerca de 18.9% referem que se sentiriam bem 13.9% se sentiriam mal.



- Ter atracção física por pessoa do mesmo sexo
- Ter atracção física por ambos os sexos
- Ter relação sexual com alguém do mesmo sexo
- Ter relação sexual com ambos os sexos
- Homem que se comporta como mulher
- Mulher que se comporta como homem
- Homem que se veste como mulher
- Mulher que se veste como homem
- Não responde
- Não sabe

Gráfico 17: Percepções em torno da homossexualidade de na Cidade da Beira

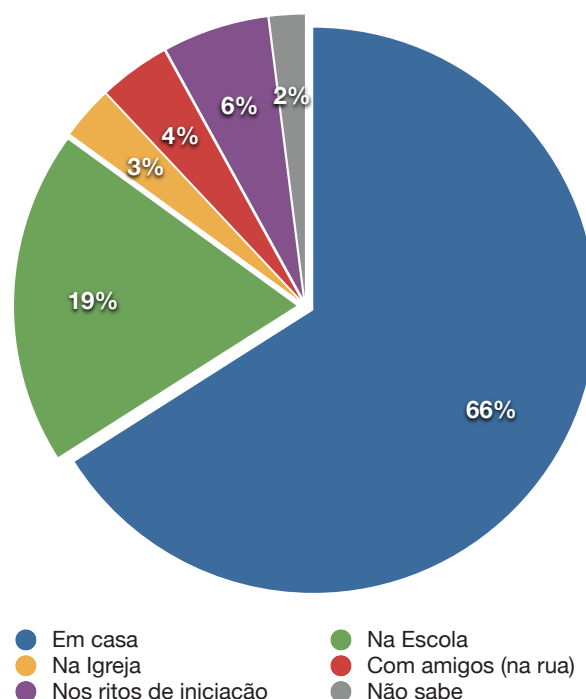


Gráfico 18: Lugar onde aprender sobre práticas sexuais - Cidade da Beira

5.9.4 Atitudes e orientação sexual nos espaços públicos e domésticos

Questões relativas a atitudes e orientação sexual nos espaços públicos e doméstico apresentam-se controversas, as respostas variam consideravelmente entre os dois extremos. Quando questionados sobre a atitude que tomariam se soubessem que o seu filho fosse homossexual, 29.4% fariam mudar de ideia, 21.9% aceitariam, 15.2% buscariam tratamento para mudar, e de igual modo fariam mudar de ideia, apenas 5.1% apoiariam. Por seu turno, considera-se anormal um homem relacionar-se sexualmente com um homem (49.3%), contra 23.5% que consideram normal. De igual modo, considera-se anormal uma mulher relacionar-se sexualmente com uma mulher (65.2%), contra 11.8% que consideram normal. As opiniões sobre a vergonha, amor e pecado são representadas por 9.1%, 7% e 5.7%, respectivamente. Contudo, a tabela abaixo revela que cerca de 32% aceitariam a condição de homossexualidade, e cerca de 28% evitariam contacto se soubessem que um parente próximo tem como orientação sexual a homossexualidade.

Não existem diferenças significativas entre a questão colocada em relação à possibilidade de um homossexual ocupar um cargo de liderança, sendo representado por 45% a favor, e 42% contra. Em caso de serem convidados a participar de uma palestra sobre a homossexualidade, 63% aceitariam e 32% responderam de forma negativa. O **GRÁFICO 20** ilustra a opinião em relação à possibilidade de participar numa palestra sobre a homossexualidade.

Os entrevistados foram questionados sobre atitudes a tomar se soubessem que um vizinho, médico ou alguém de suas relações identificava-se como homossexual, e constatou-se uma tendência à tolerância e passividade em casos de se conhecer ou assumir a identidade homossexual. Contudo, nas relações de trabalho constatou-se que cerca de 41.5% e 33% respeitariam e demitiam, respectivamente, se soubessem que um dos seus subordinados fosse homossexual. Os entrevistados foram questionados sobre a atitude a ter em caso de saber que o professor de um filho seu é homossexual, constatou-se que cerca de 33% responderam que não fariam nada, 15% reclamariam junto da escola, 15% diriam ao filho para ter cuidado, 13% mudariam de escola, 11% solidarizavam-se e 9% mudariam de professor.

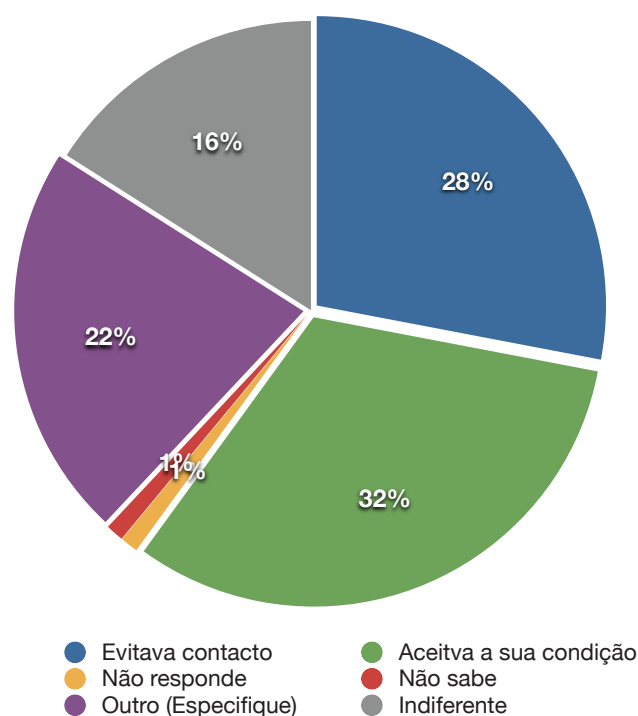


Gráfico 19: Atitude que tomariam se soubessem que tem um parente próximo homossexual.

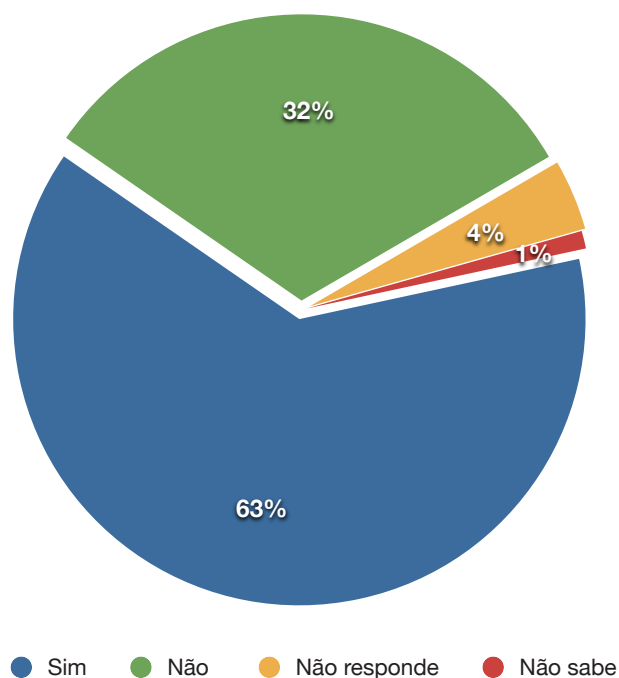


Gráfico 20: Atitude se fosse convidado a participar de uma palestra sobre a homossexualidade - Cidade da Beira

5.9.5 Direitos e orientação sexual

Os entrevistados foram questionados sobre os direitos sexuais das minorias, havendo uma disparidade nas respostas obtidas. No que se refere à existência dos mesmos direitos entre os casais homossexuais e heterossexuais, aproximadamente 32% responderam de forma afirmativa enquanto 64% recusaram, e cerca de 7% não responderam à questão. A maioria dos entrevistados refere que os homossexuais não podem adoptar uma criança (55.4%), enquanto cerca de 40% concordam que os homossexuais tenham esse direito. Há uma disparidade na resposta em relação à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, sendo 78% contra, 17.9 a favor, 7 % não responderam e 3% manifestaram-se indiferença. Contrariamente, a maioria dos participantes aceitaria um convite caso fosse convidado a casamento de homossexuais, comparativamente aos que não compareceriam, sendo representados por 54.4% e 41.9%, respectivamente. O **GRÁFICO 21** representa a opinião dos entrevistados quanto à possibilidade de um homossexual assumir um cargo de Presidente da República. Como se pode observar, cerca de 54% recusaram esse direito aos homossexuais, enquanto 30% aceitaram ser também um dos seus direitos.

A criação de uma associação em defesa dos direitos das minorias foi uma das questões cuja resposta apresenta uma disparidade. A maioria dos respondentes não concorda que haja uma necessidade da criação de uma associação em defesa dos direitos dos homossexuais, sendo representada por cerca de 79.4%, contra 19.9% que revela estar a favor.

5.9.6 Orientação sexual e violência

A maioria dos respondentes afirma não se justificar o uso da violência contra as minorias sexuais, sendo representados por aproximadamente 86.5%, contra 11.8 % que defendem o uso da violência. Contudo, constatou-se que cerca de 79.4% nunca ouviram falar de algum homossexual que tenha sido agredido fisicamente ou verbalmente enquanto 19.9 % já tiveram conhecimento de casos de violência.

O **GRÁFICO 22** ilustra a atitude dos entrevistados se vissem um dos homossexuais a ser agredido por ser um homossexual. Observa-se que cerca de 42% ficariam indiferente, e 33% chamariam a polícia, já 12% defenderiam o agredido e 10% participaria da agressão.

Foi igualmente colocada uma questão sobre o que se deveria fazer se um homossexual sofresse de alguma forma de violência física ou verbal e constatou-se que cerca de 52% apresentariam o caso à polícia. Ligeira diferença existe entre os respondentes que não faria nada e os que apresentariam o caso à família representados por uma taxa de 19% e 22%, respectivamente.

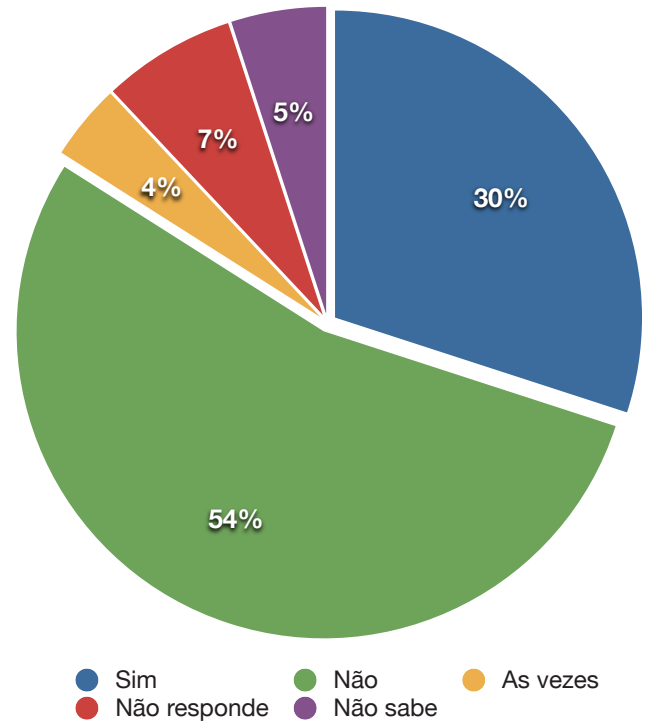


Gráfico 21: Atitude que tomaria se um homossexual assumisse cargo de Presidente da República - Cidade da Beira

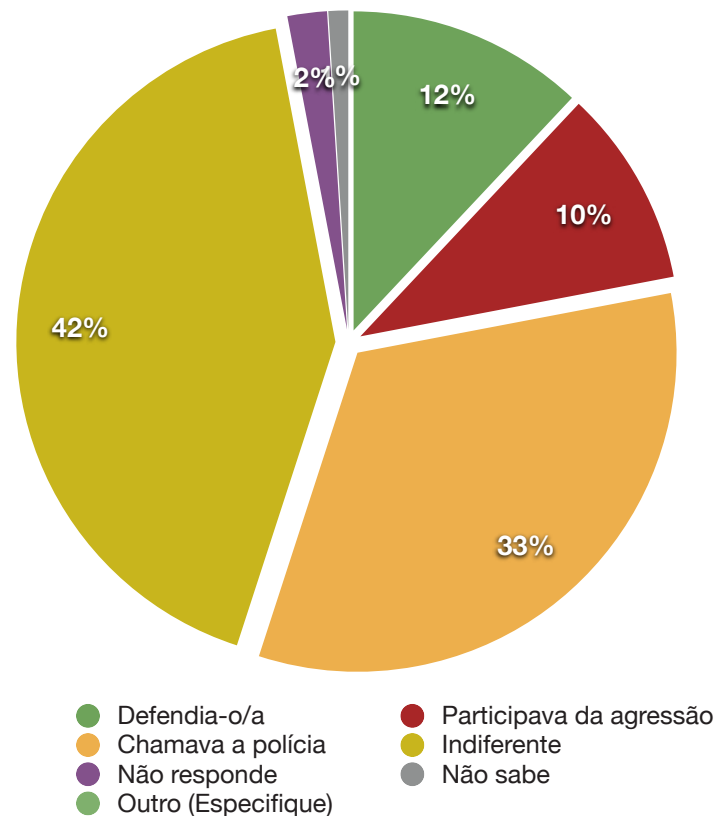


Gráfico 22: Atitude se visse um homossexualidade a ser agredido fisicamente por ser homossexual - Cidade da Beira

5.10 Dados sobre a cidade de Nampula

5.10.1 Conhecimento sobre a homossexualidade

Do total dos respondentes, cerca de 73% responderam de forma afirmativa que já ouviram falar da homossexualidade cerca de 26% não têm conhecimento sobre o fenómeno. Os gráficos que se seguem são exemplos das respostas sobre as questões colocadas, a saber, se já ouviram falar da homossexualidade e qual é a opinião de um homem relacionar-se sexualmente com um outro homem.

Observa-se a partir do **GRÁFICO 24** que a maior parte dos respondentes afirma ser anormal um homem relacionar-se sexualmente com um outro homem (48%), havendo desse modo uma disparidade em relação aos respondentes que afirmam ser uma relação normal (16%). As restantes opiniões com uma expressão relativamente significativa distribuem-se nas explicações, a saber, ser vergonhoso, pecado, não saber e doença representadas por aproximadamente 11%, 8%, 6% e 5%, respectivamente.

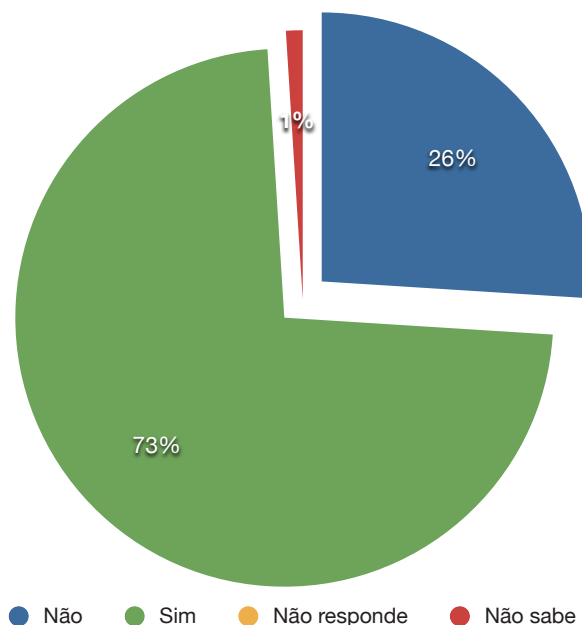


Gráfico 23: Conhecimento sobre a homossexualidade - Cidade de Nampula

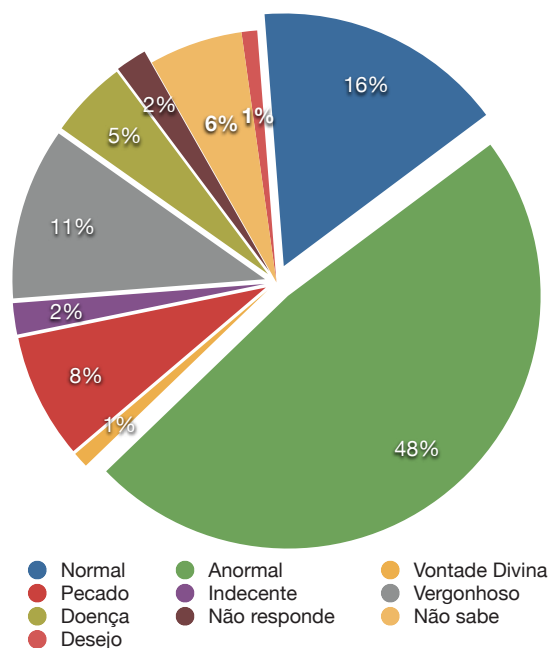


Gráfico 24: Opinião em torno da homossexualidade - Cidade de Nampula

5.10.2 Prática sexual e orientação sexual

Os entrevistados foram questionados sobre práticas e orientação sexual, sendo que a maioria considera tratar-se de uma situação em que um indivíduo tem uma relação sexual física por pessoa do mesmo sexo (45%). Todavia, uma taxa considerável dos participantes respondeu não saber (23%), enquanto 9.1% referem tratar-se de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo. De modo geral prevalece a opinião segundo a qual ser homossexual é uma situação anormal em detrimento da normal, representadas por aproximadamente 40% e 30%, respectivamente. Foram igualmente questionados sobre o que faria um homem tornar-se homossexual, tendo sido obtido como explicações as seguintes respostas por ordem de frequência: tratar-se de um problema genético; não se conhecer a causa; por amor, e por doença, representadas por 28.9%, 25.7%, 7.4% e 6.9%, respectivamente. O **GRÁFICO 25** que se segue ilustra as primeiras respostas dadas sobre o que se considera ser homossexual.

Uma das inquietações do estudo consistia em saber dos participantes qual seria a explicação que dariam à origem da homossexualidade. Constatou-se uma disparidade nas respostas sobre a origem da homossexualidade bem como uma considerável percentagem dos que não sabem, que por ordem de frequência distribuem-se em: sendo um problema genético, não sabe, hábitos do estrangeiro e problema da modernidade representados por cerca de 39.2%, 28.8%, 16% e 13%, respectivamente.

5.10.3 Educação sexual

Entre os entrevistados foi colocada a questão sobre o que se pensa sobre a educação sexual, os lugares onde se deve aprender sobre a sexualidade e como se sentem em falar sobre a sexualidade com os seus filhos ou pessoas sob a sua responsabilidade na educação sexual. Em relação ao local de aprendizagem sobre as práticas sexuais as respostas por ordem de prioridades destacam-se a casa (45%), a escola (14%), nos ritos de iniciação (16%), lar/casamento (11%), amigos na rua (8%) e na igreja (1%). Os entrevistados consideram ainda que ambos os pais têm a responsabilidade de falar sobre a sexualidade com os seus filhos sendo representado por aproximadamente 50.3%. Algumas diferenças foram encontradas no progenitor responsável, sendo estas representadas por 9.5% para o pai e 12.5% para a mãe. Aos avós e padrinhos apenas recai cerca de 3% sob a sua responsabilidade. A maioria considera que se sentiria normal falar sobre a sexualidade com os filhos (36%). As restantes explicações consistem em sentir-se bem, sentir-se mal e sentir-se envergonhado, representadas por cerca de 30%, 17% e 14.5%. Abaixo se apresenta a opinião sobre o

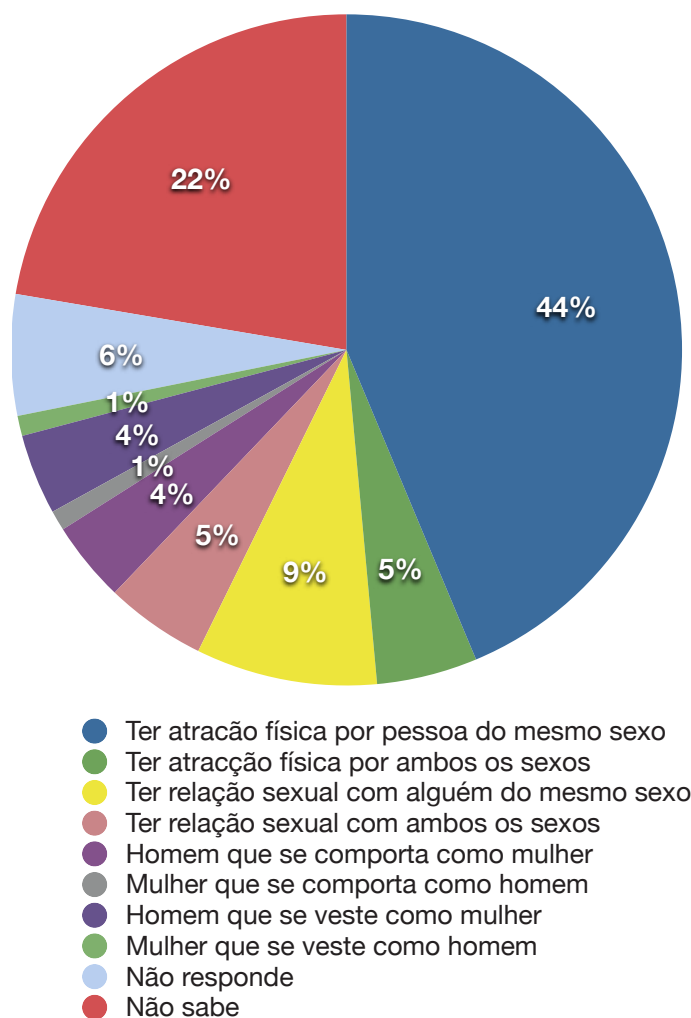


Gráfico 25: Percepções em torno da homossexualidade - Cidade de Nampula

local onde se deve aprender sobre práticas sexuais.

5.10.4 Atitudes e orientação sexual nos espaços públicos e domésticos

Questões relativas a atitudes e orientação sexual nos espaços públicos e doméstico apresentam-se controversas e variam consideravelmente entre os dois extremos. Quando questionados sobre a atitude que tomariam se soubessem que o seu filho fosse homossexual, cerca de 33.2% fariam mudar de ideia, 31.5% aceitavam, 17% buscariam tratamento para mudar e apenas 5.6% apoiariam. Por seu turno, considera-se anormal um homem relacionar-se sexualmente com um homem (47.6%), contra 15,6% que consideram normal. De igual modo, considera-se anormal uma mulher relacionar-se sexualmente com uma mulher (50.7%), contra 15.6% que consideram normal. O **GRÁFICO 27** ilustra a opinião sobre como se sentiria se conhecesse a identidade homossexual de um parente próximo cuja maior expressão tende para a aceitação da condição, representada por 51%. Não existem diferenças muito significativas quando questionados sobre a ocupação de cargos de liderança por parte dos homossexuais, sendo que cerca de 47.9% defendem de forma afirmativa e cerca de 46.8% de forma negativa. Em caso de serem convidados a participar de uma palestra sobre a homossexualidade cerca de 77% aceitariam e 20% responderam de forma negativa e 3% não sabem se aceitariam tal convite. O gráfico abaixo ilustra a opinião em relação à possibilidade de participar numa palestra sobre a homossexualidade. Há uma tendência à tolerância e passividade em casos de se conhecer ou assumir a identidade homossexual de um vizinho, professor e colega de trabalho. Quando questionados sobre a atitude a ter em caso de saber que o professor de um filho seu é homossexual, cerca de 46% responderam que não fariam nada, 13% aconselhariam o filho a ter cuidado, 13% reclamariam junto da escola, 12% mudariam de escola, 7% mudariam de professor.

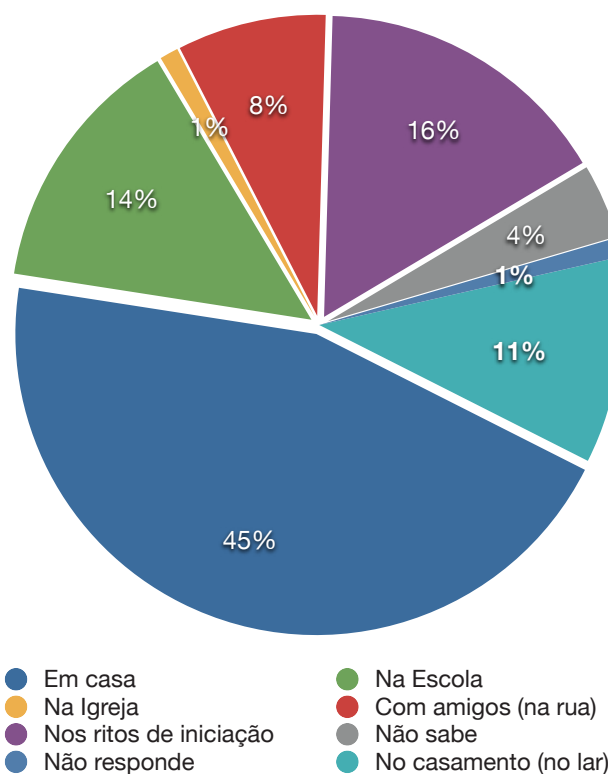


Gráfico 26: Percepções sobre o melhor lugar onde aprender sobre a homossexualidade - Cidade de Nampula

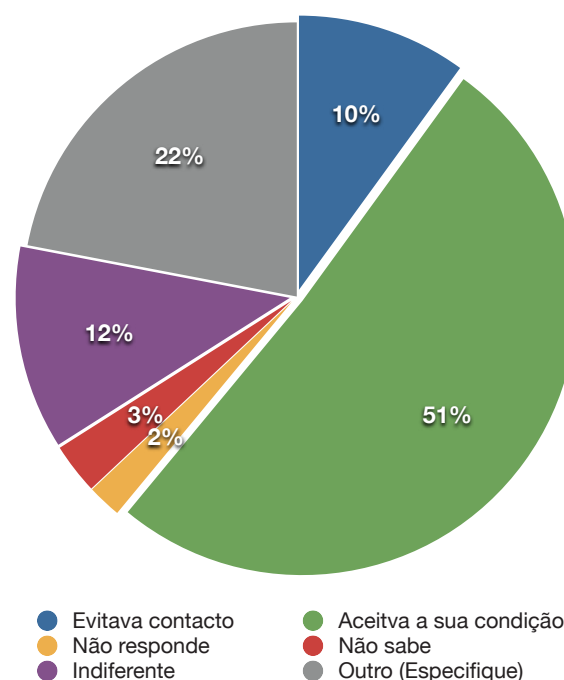


Gráfico 27: Atitude que tomaria se soubesse que tem um parente próximo homossexual

5.10.5 Direitos e orientação sexual

Os entrevistados foram questionados sobre os direitos sexuais das minorias, havendo uma diversidade nas respostas obtidas com tendência à representatividade dos extremos positivo e negativo. No que se refere à existência dos mesmos direitos entre os casais homossexuais e heterossexuais não existem diferenças enormes, sendo representadas por aproximadamente 47.2% dos que não defendem os mesmos direitos, 47.2% dos que defendem os mesmos direitos e apenas 7% dos que colocam a possibilidade de depender de situações específicas em que os direitos podem ou não aplicar-se para os casais homossexuais. A maioria dos entrevistados refere que os homossexuais não podem adoptar uma criança (48%) enquanto um considerável número confere-lhes esse direito (45%). De igual modo, não há consenso na legalização do casamento entre pessoas do

mesmo sexo, sendo a maioria contra representada por cerca de 60.8%. As restantes opiniões distribuem-se em 28.2% a favor, 6.1 % indiferente e apenas 2% responderam não saber. A maioria dos participantes aceitaria um convite caso fosse convidado a casamento de homossexuais, comparativamente aos que não compareceriam, sendo representados por 52.7% e 44%, respectivamente. O **GRÁFICO 29** representa a opinião dos entrevistados quanto à possibilidade de um homossexual assumir um cargo de Presidente da República. Como se pode observar, cerca de 54% recusa esse direito aos homossexuais, enquanto 40% aceita ser um dos direitos dos homossexuais.

Apesar de um leque dos direitos aos homossexuais não ser reconhecido pelos entrevistados, a necessidade da criação de uma associação em defesa dos direitos dos homossexuais foi assumida como uma necessidade, representada por cerca de 60.2%, contra 34.1% contra.

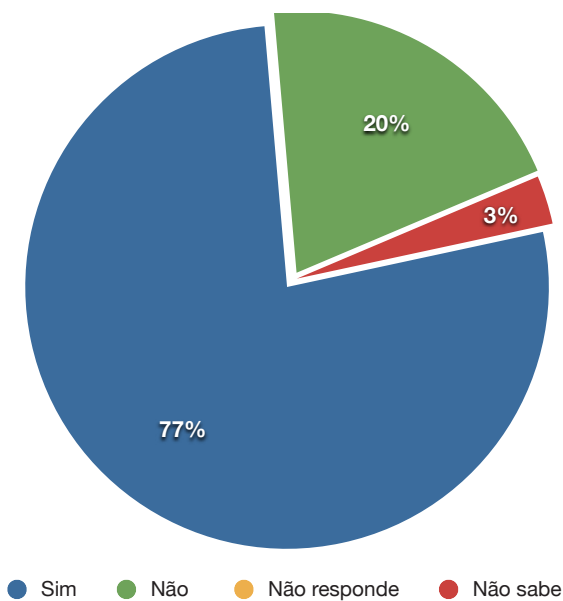


Gráfico 28: atitude que tomaria se fosse convidado a participar de uma palestra sobre homossexualidade

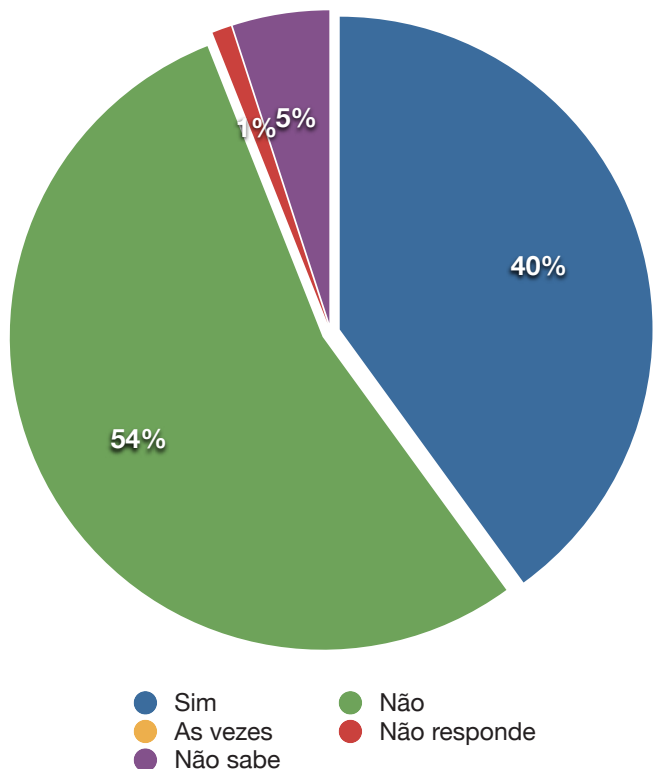


Gráfico 29: atitude que tomaria se um homossexual assumisse o cargo de Presidente da República

5.10.6 Orientação sexual e violência

A maioria dos respondentes afirma não se justificar o uso da violência contra as minorias sexuais, sendo representados por aproximadamente 82.9%. Contudo, constatou-se que cerca de 72% nunca ouviram falar de algum homossexual que tenha sido agredido fisicamente, enquanto 27% já tiveram conhecimento de casos de violência. O gráfico abaixo ilustra a atitude dos entrevistados se vissem um dos homossexuais a ser agredido. Observa-se que cerca de 51% defenderiam a vítima, cerca de 21% chamariam a polícia, 14% ficariam indiferente, 8% participariam da agressão.

Foi igualmente colocada uma questão sobre o que se deveria fazer se um homossexual sofresse de alguma forma de violência física ou verbal, e constatou-se que cerca de 62% apresentariam o caso à Polícia, seguido de cerca de 19% dos que sugeriam apresentar o caso à família representados por uma taxa de 19% e aproximadamente 11% defendem que não deveriam fazer nada quanto à situação de violência sofrida.

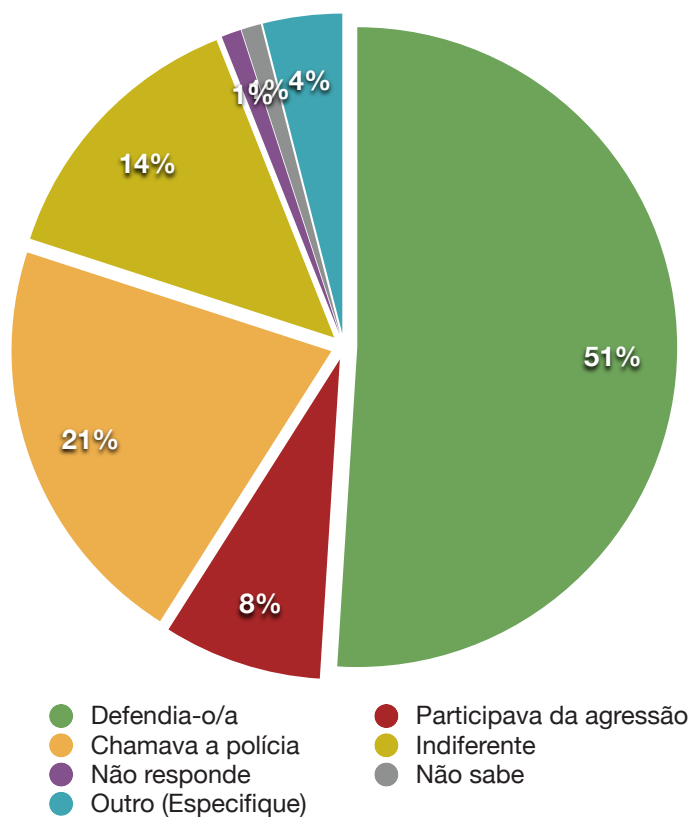


Gráfico 30: Se visse um homossexual a ser agredido fisicamente por ser um homossexual

6 Análise comparativa sobre conhecimento, atitudes e práticas em torno da homossexualidade

Nesta seção o estudo apresenta dados comparativos sobre os conhecimentos, atitudes e práticas em relação à homossexualidade nas três cidades em estudo. A análise comparativa é baseada nas seguintes categorias: o perfil da amostra, o conhecimento sobre a homossexualidade; a educação sexual; opinião sobre práticas e orientação sexual; atitudes e orientação sexual nos espaços públicos e doméstico; direitos e orientação sexual e; orientação sexual e violência.

6.1 Conhecimento sobre a homossexualidade

Ao se questionar se já ouviram falar sobre a homossexualidade, as tabelas acima representadas mostram que Maputo é a cidade que revela maior percentagem de indivíduos que já ouviram falar sobre a homossexualidade, com cerca de 94.5%, seguida da cidade da Beira com 77.4% e, por último, a cidade de Nampula com cerca de 72.9%. Em contrapartida, Nampula apresenta 27.1% de indivíduos que nunca ouviram falar sobre a homossexualidade, seguido da Beira, com 22.6% e em Maputo apenas com 5.5%.

Quando questionados sobre se conheciam alguém que tinha uma relação sexual com outra do mesmo sexo, obteve-se respostas variadas nos três locais de estudo ilustrativas no gráfico que se segue.

Como se pode observar, os dados revelam que Nampula e Beira apresentam percentagens elevadas (71.80% e 64.90%, respectivamente) de indivíduos que não conhecem alguém que tem relação com outra pessoa do mesmo sexo e apenas a cidade de Maputo apresenta um valor inferior com 47%. Em contrapartida a cidade de Maputo apresenta maior percentagem de indivíduos que têm conhecimento de relações homossexuais, com cerca de 53%, seguida da cidade Beira com cerca de 35.10% e por último Nampula com 28.20%.

O estudo procurou perceber junto dos participantes que consideram a homossexualidade normal de acordo com a sua ocupação e constatou que a maior parte são estudantes representados por cerca de 30.7%. As restantes ocupações com certa representatividade distribuem-se em: desempregado (12.3%) doméstico sem remuneração (9.6%); vendedeira do mercado informal (6.1%); empresário/gerente (5.5%) e polícia PRM/municipal (5.1%).

O **GRÁFICO 34** ilustra o perfil dos participantes por sexo que considera a homossexualidade uma condição normal. Observa-se que os homens são mais favoráveis à aceitação da homossexualidade como normal comparativamente às mulheres representados

por cerca de 67% e 33%, respectivamente.

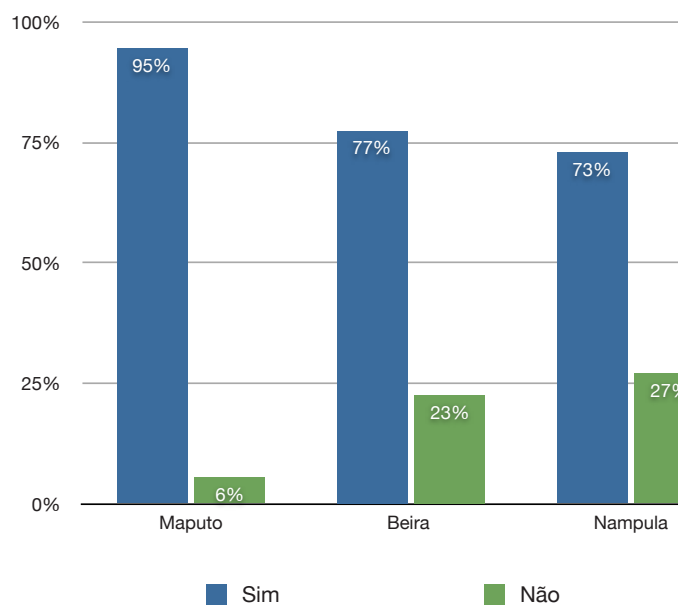


Gráfico 31: Já ouviu falar sobre a homossexualidade?

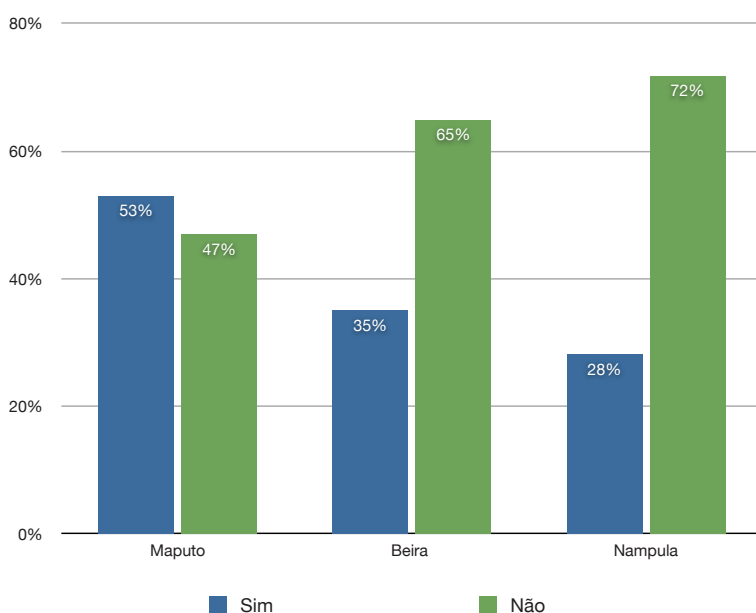


Gráfico 32: Conhece alguém que seja homossexual?

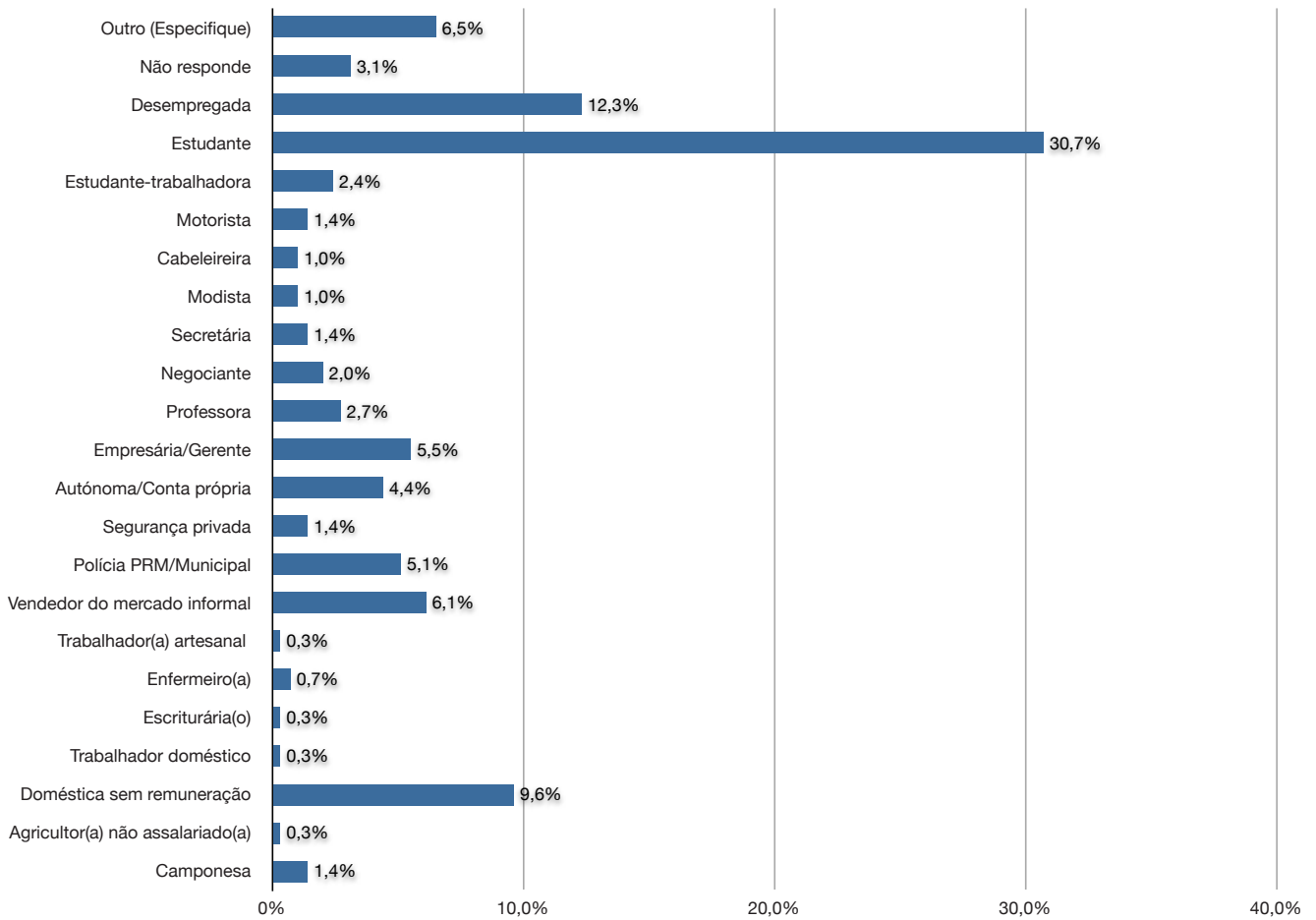


Gráfico 33: perfil dos que consideram a homossexualidade uma condição normal

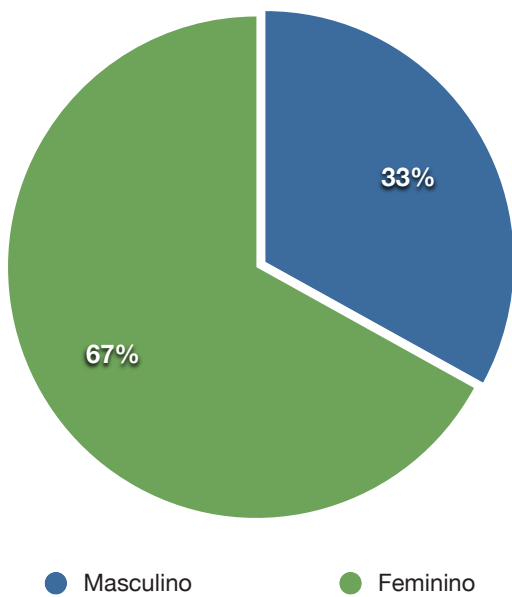


Gráfico 34: Distribuição por género dos que consideram a homossexualidade uma prática normal

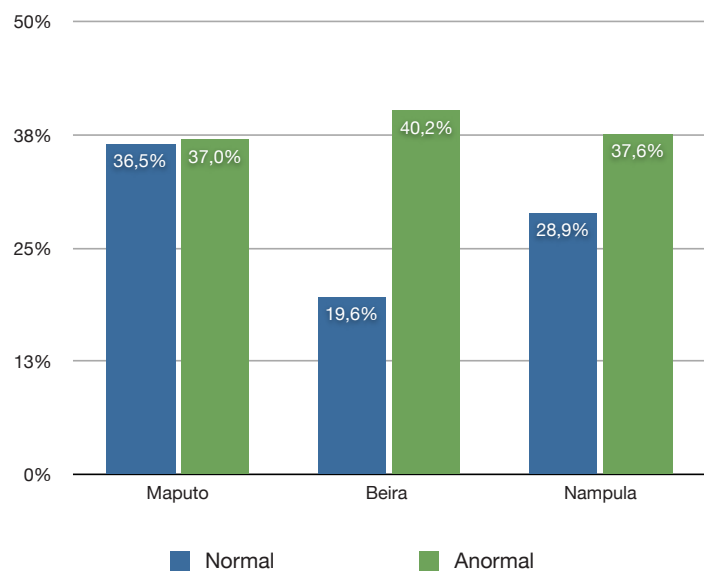


Gráfico 35: Opinião sobre a homossexualidade nas três cidades

6.2 Opinião sobre a prática e a orientação sexual

A maior parte dos entrevistados da cidade de Maputo respondeu à questão sobre o que é ser homossexual como sendo uma atracção física por pessoa do mesmo sexo, sendo representativa de 59%. Diferentemente, ligeiras diferenças de opiniões foram encontradas na Beira e Nampula com cerca de 48% e 43%, respectivamente. Dos indivíduos que afirmam que ser homossexual é ter relação sexual com alguém de mesmo sexo, Maputo apresenta 21%, Nampula 9.1% e Beira com cerca de 5.4%. Dos indivíduos que não sabem o que é ser homossexual, a maior percentagem vai para a cidade da Beira representada por 20.6%, seguida de Maputo com 7% e, por último, a cidade de Nampula com cerca de 6.3%. Os participantes que não responderam à questão colocada concentram-se mais na cidade da Beira cuja taxa é de 17.6%, seguida de Nampula e Maputo com cerca de 6.3% e 2%, respectivamente.

Dos indivíduos que afirmam que ser homossexual é ter atracção física por ambos sexos, Nampula surge no primeiro plano com 5.2%, Beira com 2.4% e Maputo com apenas 1%. Dos indivíduos que afirmam que ser homossexual é ser homem que veste como mulher, Nampula apresenta 3.6%, Maputo com 2% e Beira também com 2%. Dos indivíduos que afirmam que é ser homem que se comporta como mulher Maputo apresenta 5%, Nampula com 3.6% e Beira com apenas 0.3%. Embora com uma taxa reduzida em relação às respostas sobre a homossexualidade como sendo uma situação em que uma mulher se comporta como um homem e, ter relações sexuais com ambos os sexos, o maior destaque vai para a cidade de Nampula, seguida de Maputo e Beira em ambas as respostas. Nampula apresenta-se como a única cidade em que surgiram respostas segundo a qual ser homossexual é ser mulher que veste como homem.

A opinião sobre a homossexualidade foi categorizada na sua maioria como sendo anormal. Maior destaque para as posições que defendem a anormalidade centra-se nas cidades da Beira e Nampula com cerca de 40.2% e 37.6%, respectivamente. A cidade de Maputo revela-se como sendo a cidade que um considerável número de entrevistados considera a homossexualidade como uma condição normal, representada por cerca de 36.5%.

6.3 Educação sexual

Falar sobre a sexualidade entre pais e filhos foi uma das inquietações que revelou uma certa inclinação à atribuição da responsabilidade de ambos os pais, comparativamente à responsabilidade de um dos progenitores ou encarregados de educação sexual nas três cidades, sendo a maior representatividade constatada na cidade de Maputo com cerca de 77%. As cidades de Beira e Nampula tendem a atribuir a responsabilidade de falar sobre a sexualidade ao pai, comparativamente a Maputo, sendo representadas por 18.9%, 16% e 7.5%. Nampula apresenta uma percentagem de 12.5%, em que os indivíduos afirmam que a mãe é quem deve falar sobre a sexualidade com os filhos.

No que diz respeito ao melhor lugar para aprender sobre sexualidade nas três cidades em estudo, a maior parte dos indivíduos afirma ser a casa. A cidade de Maputo apresenta a maior percentagem com cerca de 64.5%, seguida da Beira com 40.5% e Nampula com 39.6%. Dos indivíduos que afirmam que o melhor lugar para aprender sobre a sexualidade é na escola, Maputo apresenta novamente maior percentagem com 19%, Beira com 16.2% e Nampula com 12.5%. Sobre os participantes que afirmam que o melhor lugar para aprender sobre a sexualidade é nos ritos de iniciação, Nampula apresenta 14%, Beira 11.5% e, por último, a cidade de Maputo com 3.5%.

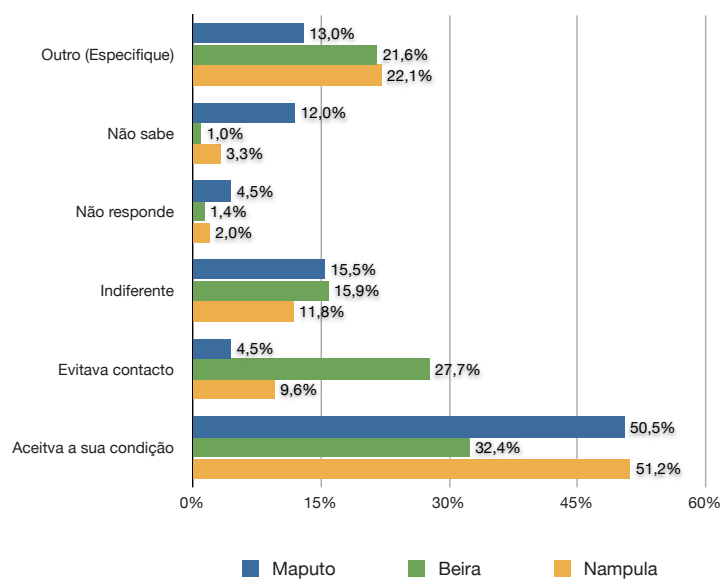


Gráfico 36: Reação ao parente homossexual nas três cidades

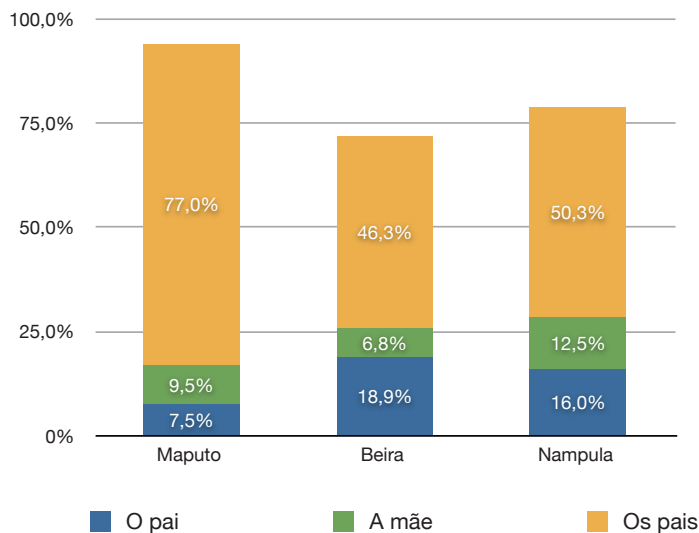


Gráfico 37: Dados comparativos sobre quem deve falar sobre a sexualidade com os filhos

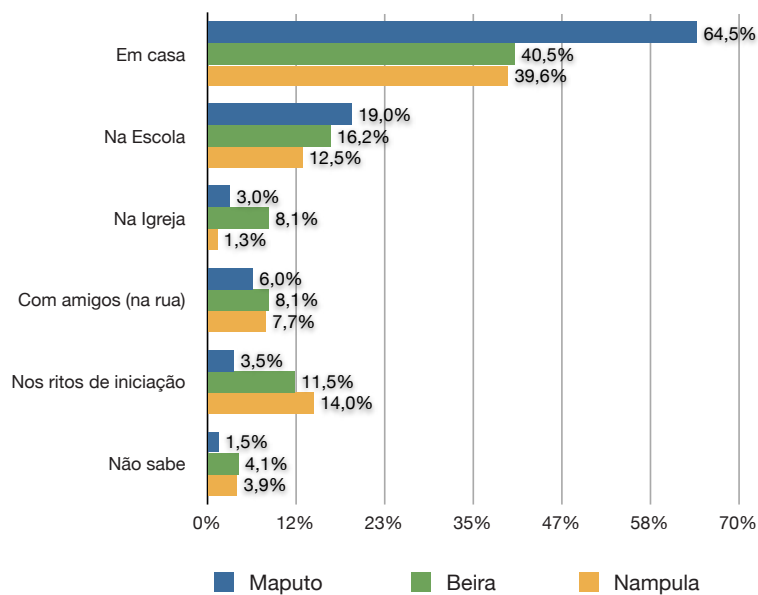


Gráfico 38: Dados comparativos sobre o melhor lugar para falar sobre a sexualidade

6.4 Atitudes e orientação sexual nos espaços públicos

Quando questionados se um homossexual pode ou não ocupar cargos de liderança, as cidades de Nampula e Beira apresentam a mesma percentagem dos participantes estimada em 44.3%. Contrariamente à cidade de Maputo apresenta uma taxa de 47.5% dos respondentes que não concordam que um homossexual possa assumir um determinado cargo de liderança. Contudo, pode-se observar ainda que nas três cidades não existem diferenças muito significativas entre as respostas afirmativas e negativas.

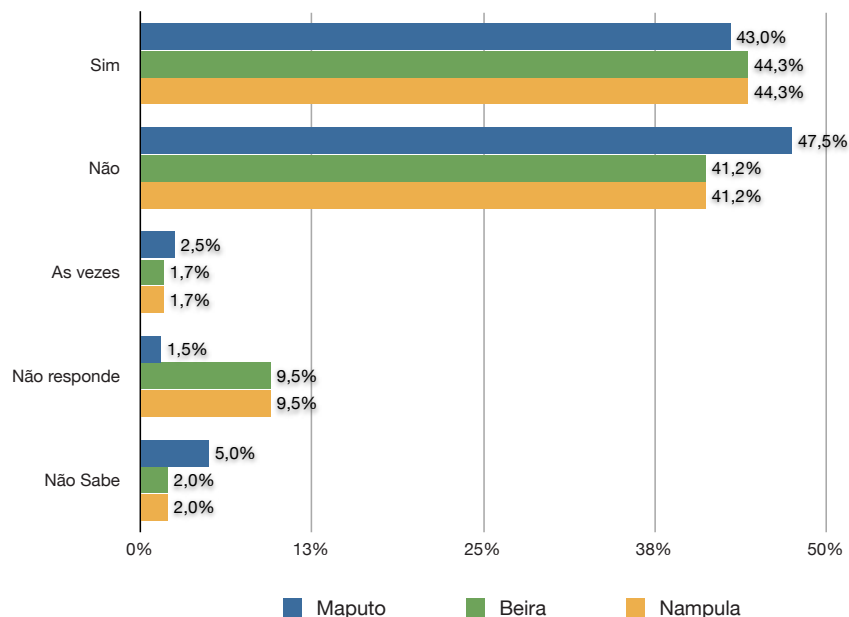


Gráfico 39: Percepções sobre a possibilidade de um homossexual poder ocupar um cargo de liderança

6.5 Direitos e orientação sexual

Comparativamente aos dados das três cidades sobre a equidade de direitos entre os casais homossexuais e os heterossexuais, Beira apresenta maior percentagem, com cerca de 63.9% dos que os indivíduos acham que os casais homossexuais não têm os mesmos direitos que os casais heterossexuais, seguida de Nampula com 46.8% e, por último, Maputo representada por 37.5%. Se, por um lado, se afirma positivamente sobre a equidade de direitos entre os casais homossexuais e os heterossexuais, por outro permanecem algumas dúvidas, incertezas e desconhecimentos sobre os direitos dos homossexuais. Assim, dos indivíduos que afirmaram que depende se os homossexuais devem ou não ter os mesmos direitos, Maputo apresenta maior percentagem com 9.5%, Beira com 1.7% e Nampula com apenas 0.7%. Dos indivíduos que não responderam, Maputo apresenta novamente uma taxa elevada com cerca de 8.5%, comparativamente às restantes cidades.

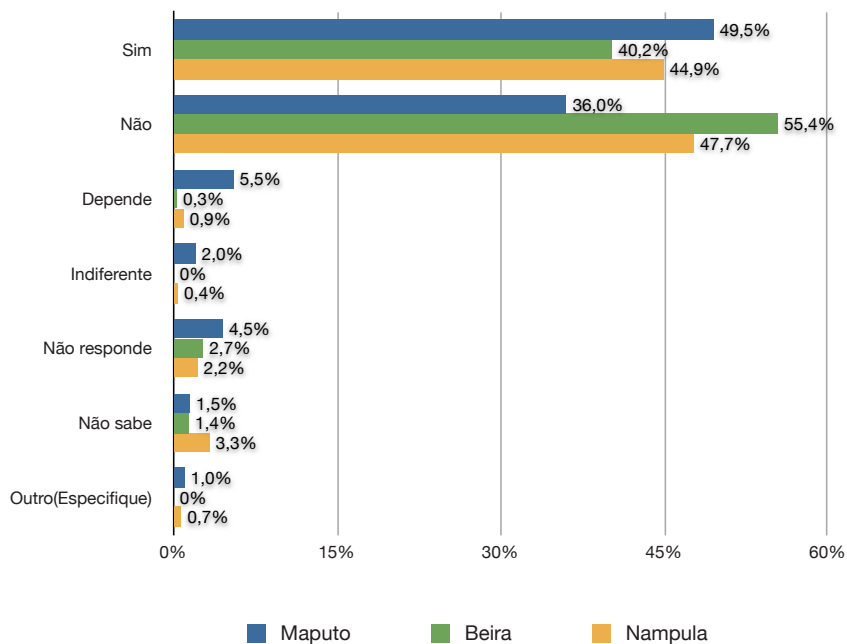


Gráfico 40: Percepções sobre os direitos de adopção de crianças por parte dos homossexuais

Ao abordar a questão sobre a possibilidade dos casais homossexuais adoptarem crianças, a cidade da Beira apresenta maior percentagem com 55.4%, seguida da cidade de Nampula com 47.7% e Maputo com apenas 36%. Por sua vez, Maputo apresenta a maior percentagem (cerca de 49.5%) em que os indivíduos afirmam positivamente a adopção de crianças por parte dos casais homossexuais, seguida de Nampu-

la (44.9%) e Beira (40.2%). Dos indivíduos que não responderam, Maputo apresenta 4.5%, seguida da Beira com 2.7% e, por último, Nampula com 2.2%. Dos indivíduos que não sabem, Nampula apresenta 3.3%, Beira 1.4% e Maputo 1.5%. E outro específico, Maputo apresenta 1%, Nampula com apenas 0.7%, e nenhum caso foi registado na Beira.

Sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a maior percentagem concentra-se na cidade de Maputo, sendo esta representada por

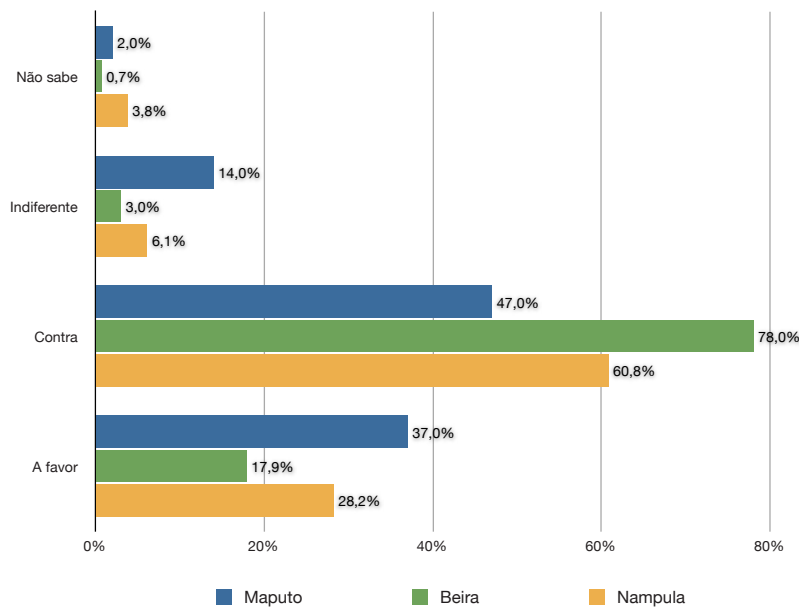
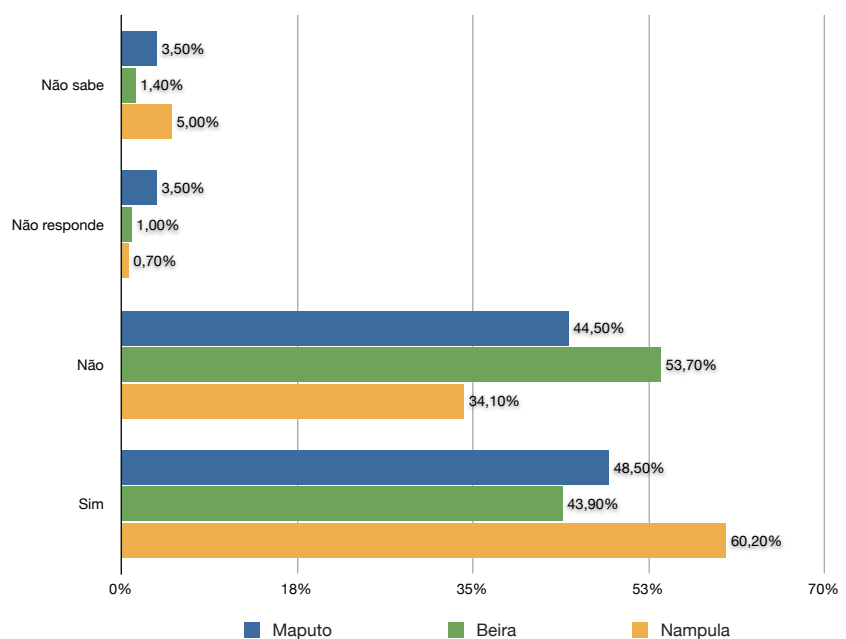


Gráfico 41: Percepções sobre a legalização do casamento

cerca de 37% dos indivíduos que são a favor da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, seguida da cidade de Nampula com 28.2% e, por último, da cidade da Beira, com um valor percentual de 17.9%. Em contrapartida, Beira apresenta a maior percentagem (78%) em que os indivíduos são contra a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, seguida de Nampula (60.8%) e finalmente Maputo com 47%.

Relativamente à necessidade de se criar uma associação para defender os direitos dos homossexuais, o estudo revela uma desigualdade percentual entre as três cidades. Em Nampula cerca de 60.2% dos indivíduos afirmaram positivamente sobre a necessidade de criação de uma associação para defender os direitos dos homossexuais, seguida de Maputo com 48.5% e, por último, Beira 43.9%. Inversamente, Beira destaca-se como a cidade com maior percentagem (53.7%) em que os indivíduos não são a favor da necessidade de criação de uma associação para defender os direitos homossexuais, seguida de Maputo com 44.5% e Nampula com 34.1%. Taxas insignificantes são representativas dos participantes que não responderam à questão colocada bem como dos que responderam não

Gráfico 42: Percepções sobre a necessidade de criação de uma associação em defesa dos direitos dos homossexuais



Atitudes perante a homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nampula

saber sobre o assunto em questão.

Os entrevistados foram também questionados sobre os direitos dos homossexuais em adoptar crianças cujas respostas se encontram ilustradas na tabela que se segue.

No que tange à possibilidade dos casais homossexuais poderem adoptar crianças, a tabela acima ilustra que cerca de 79% dos indivíduos do sexo masculino e 21% do sexo feminino são indiferentes à possibilidade dos casais homossexuais poderem ou não adoptar crianças. Ademais, 74% dos indivíduos do sexo masculino e 26% do sexo feminino não responderam a esta questão. De 69% e 31% dos indivíduos do sexo masculino e feminino, respectivamente, afirmaram ser contra a adopção de crianças por parte de casais homossexuais. Contrariamente, 61% e 39% dos indivíduos do sexo masculino e feminino afirmaram que casais homossexuais podem adoptar crianças e 63% e 38% afirmaram que depende e, por fim, 55% e 45% dos indivíduos entrevistados do sexo masculino e feminino responderam não saber.

Dados relativos ao cruzamento das variáveis, os homossexuais devem ter os mesmos direitos à semelhança dos casais heterossexuais e os casais homossexuais podem adoptar crianças, os que responderam de forma afirmativa são cerca de 67%. Aproximadamente 24% afirmam que não podem adoptar crianças, 33% afirmaram que depende, 33% ficaram indiferentes, 27% não responderam e 4% não sabem. Dos indivíduos que afirmam que os casais homossexuais não devem ter os mesmos direitos à semelhança dos casais heterossexuais, 27% afirmaram que poderiam adoptar crianças, 78% afirmaram que os casais homossexuais não podem adoptar crianças, 27% afirmaram que

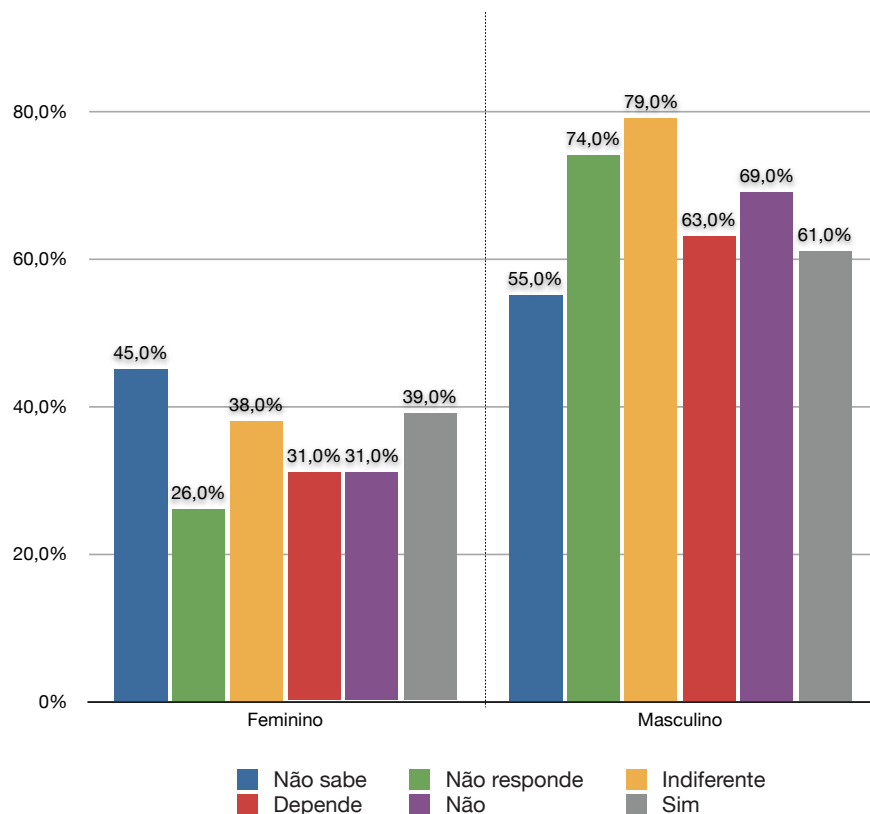


Gráfico 43: Percepções sobre os direitos de adopção por parte dos homossexuais em função do sexo.

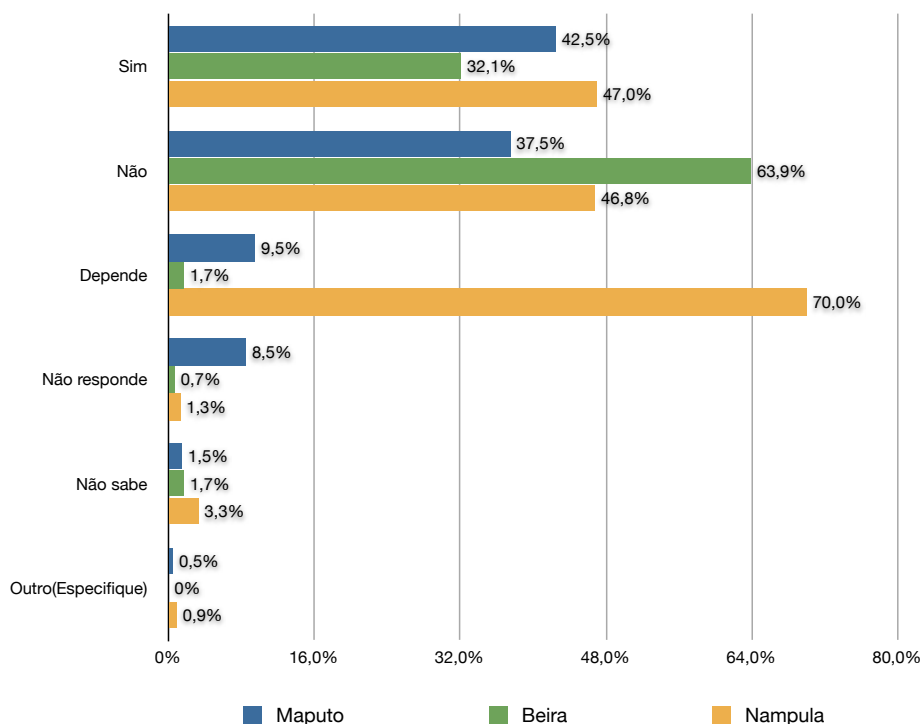


Gráfico 44: Igualdade de direitos em relação à adopção filhos

depende, 54% não responderam, 57% não sabem, e 50% dos indivíduos ficaram indiferentes. As taxas sobre as incertezas, indiferenças bem como dos que responderam não saber oscilam consideravelmente, e constituindo-se, de modo geral, como sendo relativamente baixas.

A necessidade da criação de uma associação nacional para defender os direitos dos homossexuais é defendida por cerca de 45% dos indivíduos entrevistados do sexo masculino, enquanto cerca de 60% do sexo feminino defendem a mesma necessidade. Contrariamente a esta posição aproximadamente 48% e 30% dos indivíduos do sexo masculino e feminino, respectivamente, afirmaram não haver necessidade para a criação de uma associação nacional. Taxas relativamente baixas representam as respostas não sabe e não responde

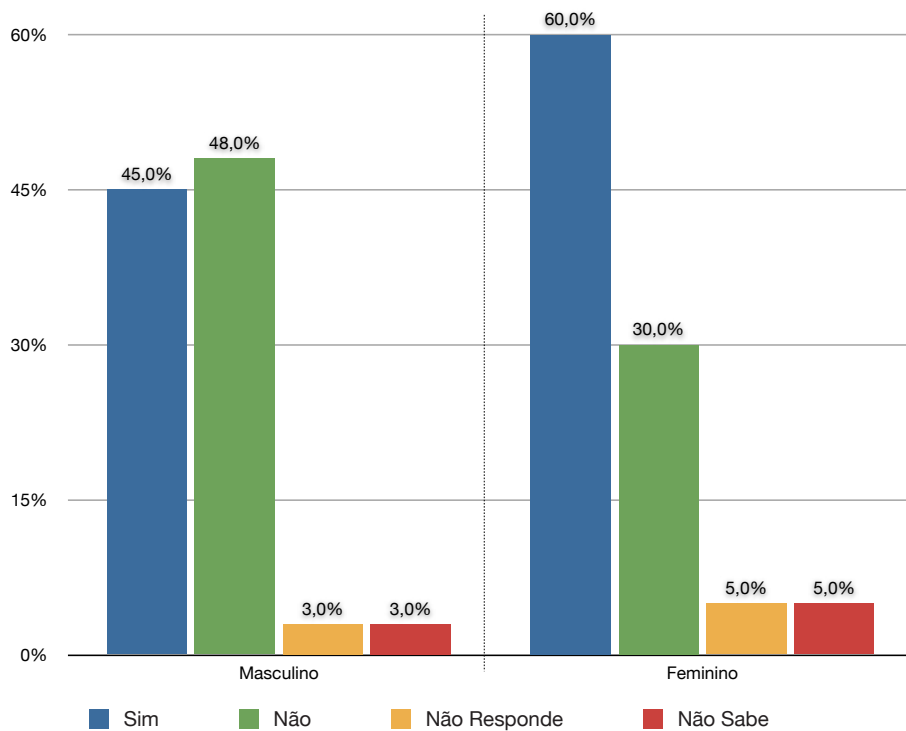


Gráfico 45: Percepções quanto a criação de uma associação em defesa dos direitos dos homossexuais

6.6 Orientação sexual e violência

Apesar dos dados da pesquisa revelarem uma tendência para uma atitude de nada fazer em caso de estar em presença de um homem estar a beijar um outro homem na boca, há casos representativos de atitudes como expulsar do local, agredir verbalmente, estranhar ou chamar a polícia por se considerar uma situação anormal. O gráfico que se segue ilustra uma diversidade de tendências nas três cidades em estudo.

Quando colocada a mesma questão sobre o que faria se estivesse em presença de uma situação em uma mulher estivesse a beijar outra mulher, constatou-se que na cidade de Maputo, cerca de 43.5% respondem que não fariam nada, e ligeiras diferenças são encontradas em Nampula e Beira, com taxas de 29.3% e 27.7%, respectivamente. Contudo, há casos representativos de atitudes que estranhariam e sairiam do local onde estivessem a presenciar tal fenómeno nas cidades de Nampula e Beira, representadas por cerca de 27.6% e 28%, respectivamente.

Como se pode observar, quando questionados os participantes sobre a atitude que tomariam se tivessem um filho homossexual não existem diferenças muito significativas entre a aceitação e a tendência à

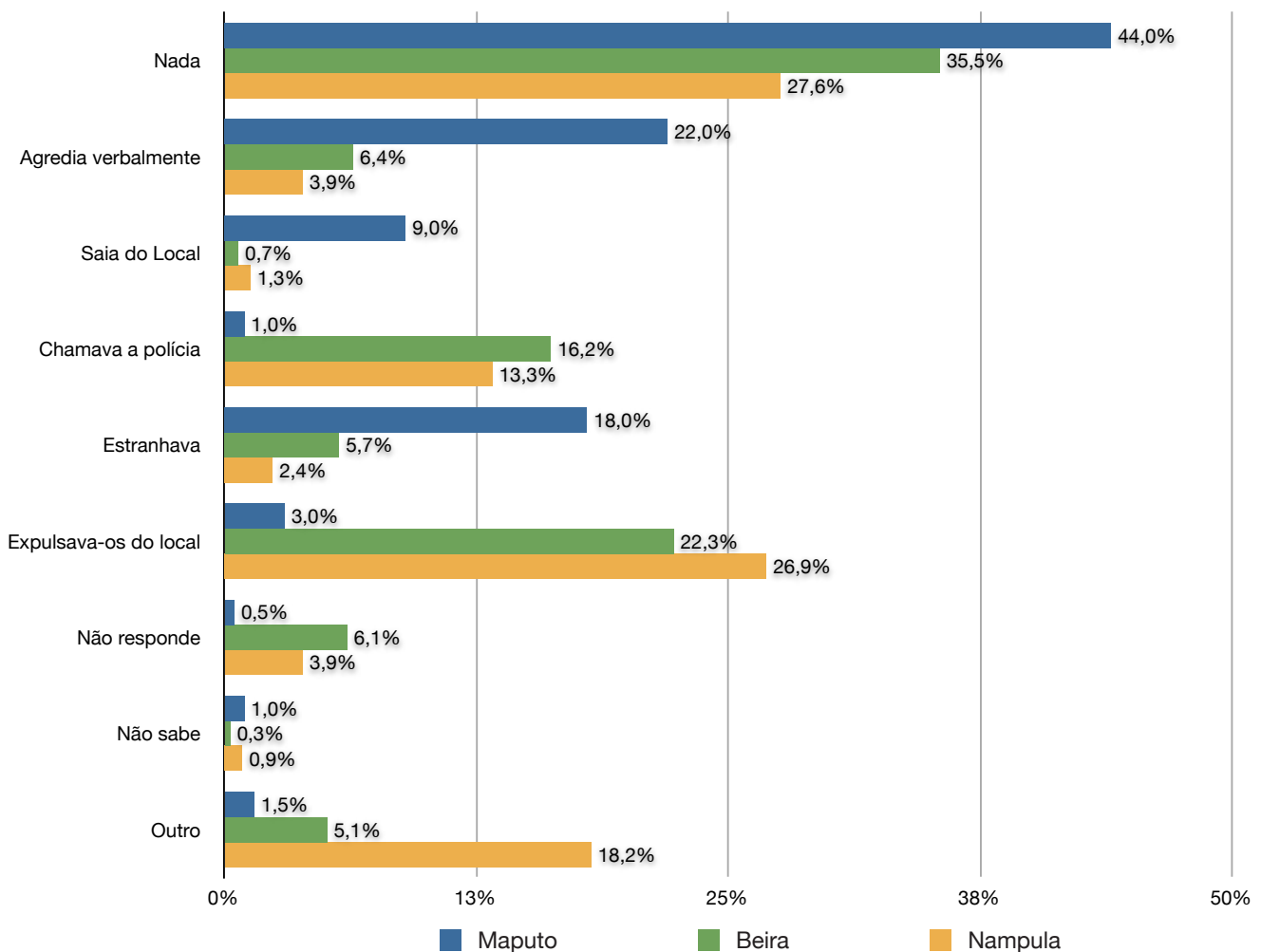


Gráfico 46: Atitude se visse dois homens a beijar-se em local público

sugestão de se fazer mudar de ideia. A cidade de Maputo apresenta a taxa mais elevada sobre a aceitação da condição de um filho homossexual (37%) comparativamente à cidade de Nampula (28.2%) e da Beira (21.6%). Em relação à tendência à mudança de ideias, não existem diferenças significativas entre Nampula e Beira representadas por 29.8% e 29.4%, respectivamente, comparativamente à cidade de Maputo com cerca de 22.5%. A busca de tratamento e a agressão foram respostas encontradas entre os participantes com uma certa representatividade. Entre ignorar a situação e apoiar são tendências com pouca expressão entre os entrevistados.

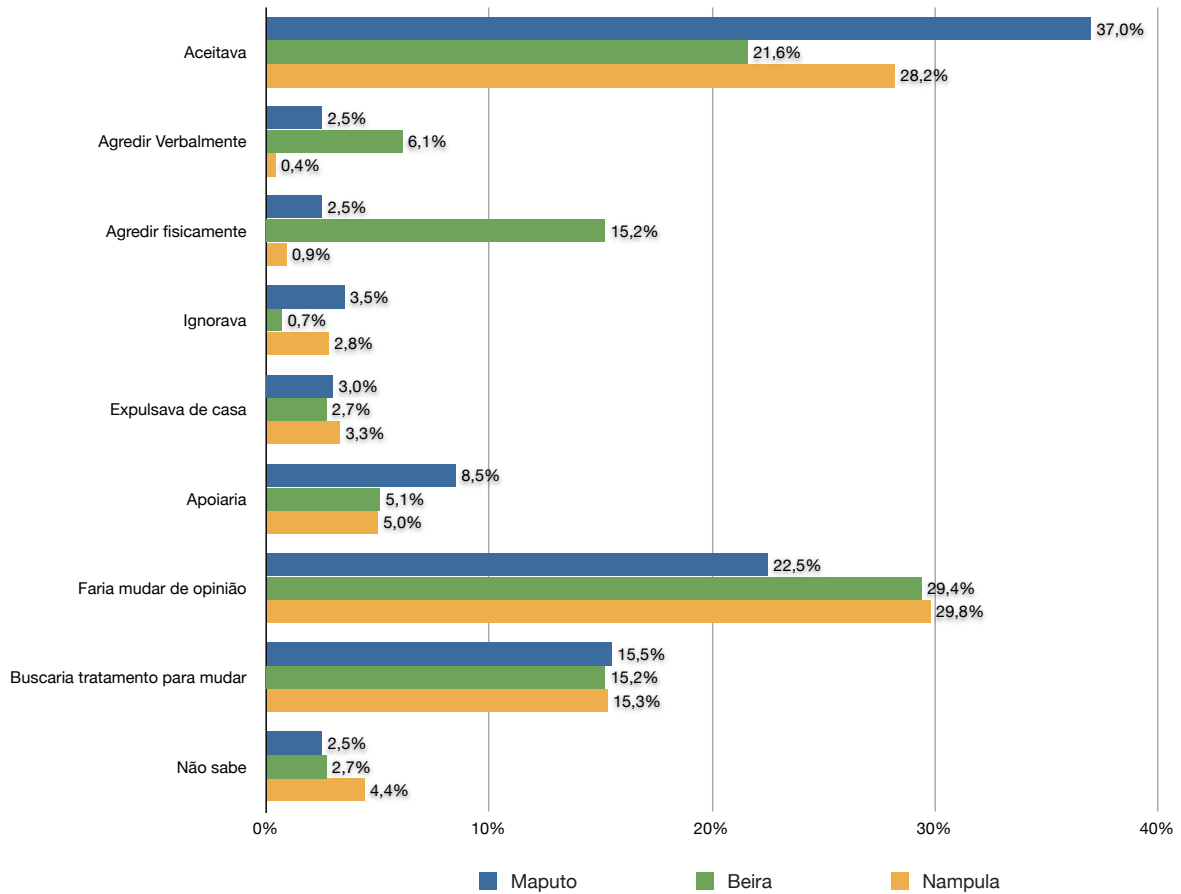


Gráfico 47: Perceções se tivessem um filho homossexual

Atitudes perante a homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nampula

Com relação à atitude que o entrevistado tomaria caso visse um homossexual a ser agredido fisicamente por ser homossexual, os dados da pesquisa revelam que dos 120 indivíduos que responderam que defenderiam o/a agredido/a cerca de 60% são do sexo masculino e igual percentagem recai para o sexo feminino. Dos 43 dos entrevistados que afirmaram que participariam da agressão, 22% são do sexo masculino e 19% do sexo feminino. Enquanto 5% dos

indivíduos do sexo masculino e 14% do sexo feminino afirmaram que chamariam a polícia de um total de 14 respondentes. De um total de 17 respondentes que revelam que agiriam de forma indiferente perante a agressão cerca de 10% são indivíduos do sexo masculino e 2% do sexo feminino.

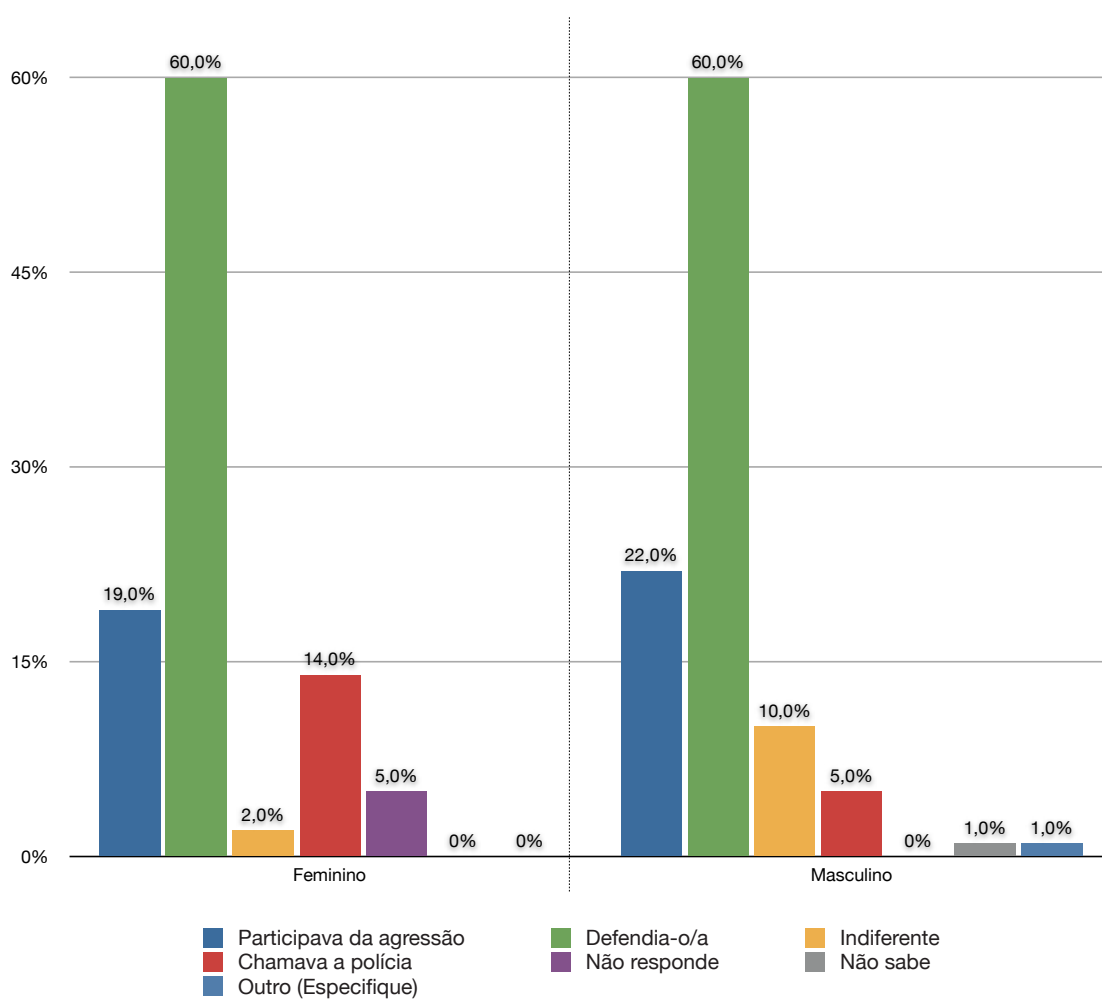


Gráfico 47: Atitude se visse um homossexual a ser agredido por ser homossexual

7 Discussão dos resultados

Partindo de uma amostra heterogénea em termos de idade, sexo, orientação sexual, residência e nível de escolaridade, o presente estudo procurou buscar evidências sobre os conhecimentos, as atitudes e práticas em torno da homossexualidade em três regiões de Moçambique. O estudo indica que não existe uma relação directa entre o que se conhece, se pensa e se faz em torno da homossexualidade, quer no campo sobre as noções e práticas sobre a homossexualidade, quer ainda sobre questões relacionadas com a os direitos e violência em relação às minorias sexuais.

De entre as noções, opiniões e atitudes expressas sobre a homossexualidade, uma das categorias de análise deste estudo revela-se que mais da metade dos participantes nos três locais de estudo afirmam já ter ouvido falar sobre a homossexualidade. Quando questionados se conheciam alguém que tem relações sexuais com uma pessoa do mesmo sexo, as cidades de Nampula e Beira apresentam percentagens elevadas, em que se tem 71.8% e 64.9%, respectivamente, de indivíduos que não conhecem alguém que tenha tido relação com outra pessoa do mesmo sexo, e apenas a cidade de Maputo apresenta um valor inferior com 47%. Esta constatação pode constituir um indicador da existência de situações de ocultação da identidade homossexual, o que leva com que as pessoas que rodeiam as minorias sexuais não se apercebem dessa orientação sexual.

Foi igualmente possível dar conta da existência de uma diversidade de noções sobre a homossexualidade. A maior parte dos entrevistados da cidade de Maputo respondeu à questão sobre o que é ser homossexual, como sendo uma atracção física por pessoa do mesmo sexo, sendo representativa de 59%. Diferentemente, ligeiras diferenças de opiniões foram encontradas na Beira e Nampula com taxas em torno de 48% e 43%, respectivamente. Dos indivíduos que afirmam que ser homossexual é ter relação sexual com alguém de mesmo sexo, Maputo apresenta 21%, Nampula 9.1% e Beira com cerca de 5.4%. Dos indivíduos que não sabem o que é ser homossexual, a maior percentagem vai para a cidade da Beira representada por 20.6%, seguida de Maputo com 7% e, por último, a cidade de Nampula com 6.3%. Os conhecimentos e opiniões em torno da homossexualidade não são, porém, acompanhados da aceitação das práticas que se esperam de um homossexual. Esta constatação é consubstanciada pela existência de taxas elevadas de participantes que afirmam ser uma atitude negativa, quando estão em presença de um homem que age e se parece com uma mulher e, de igual modo, uma mulher que age ou se parece com um homem. Esta tendência de atribuição do termo negativo deve-se ao facto de se associarem os comportamentos e atitudes aos papéis de género socialmente pré-definidos e, ignorar que dentro de uma mesma categoria (de género) há diferenças em termos de orientação sexual, idade, raça, bem como desigualdades de poder etc.

A homossexualidade foi categorizada na sua maioria como sendo anormal. Maior destaque para a posição de anormalidade centra-se nas cidades da Beira e Nampula com taxas de 40.2% e 37.6% respectivamente, seguida da cidade de Maputo que é representativa dos 37%. Quando questionados sobre as causas da homossexualidade, foram encontradas respostas variadas sendo para o caso da cidade de Maputo, a maior parte representada por cerca de 43.5% defende ser um problema genético, 10 %

consideram ser doença e tratar-se de uma influência de pares, 9% atribuíram à doença e 6.5% à curiosidade e 5% para um problema do plano espiritual. Na cidade da Beira a mesma questão foi respondida da seguinte forma, cerca de 25.7% defendem ser genético, 11.1 % consideram ser doença e tratar-se de uma influência de pares, 7.5%, e 4.8% à curiosidade e 5.5% para um problema do plano espiritual, vítima de abuso sexual (3%) e por amor (5.1%). Por seu turno, na cidade de Nampula a mesma questão foi respondida por ordem de frequência, tratar-se de um problema genético, não se conhecer a causa, por amor e por doença, representadas por 28.9%; 25.7%; 7.4% e 6.9%, respectivamente.

Há uma tendência entre a população em tolerar ou aceitar as práticas entre os homossexuais quando se trata de um indivíduo não próximo das suas relações sociais. A título de exemplo, tornaram-se indiferentes, aceitam e/ou toleram quando são figuras como médicos, professores etc., mas quando se trata do(a) filho(a) que assuma essa identidade, a tendência é fazer com que o(a) mesmo(a) mude de ideias, representados por cerca de 32.2% para Nampula e 29.4% para a cidade da Beira. A cidade de Maputo foi a única em que a maior parte dos entrevistados respondeu que aceitaria (37.9%) ter um filho que admitisse publicamente ser homossexual em detrimento dos que fariam mudar de ideia (23%)

No que se refere à origem da homossexualidade, constatou-se uma disparidade nas respostas sobre a origem da homossexualidade havendo uma tendência para a atribuição do factor genético seguido dos hábitos do estrangeiro nas três cidades. Contudo, uma percentagem considerável afirma não ter conhecimento sobre a origem da homossexualidade. Relativamente à ideia natural e importada do estrangeiro, semelhantes constatações são consistentes com o estudo de Scardua & Souza Filho (2006) enfatizando que a origem da homossexualidade neste caso é aliada a uma possível fonte de influência negativa, que “vem de fora”, onde o sujeito acaba sendo vítima das relações e ambientes estrangeiros. Este posicionamento traduz implicitamente a ideia de que as normas e regras tradicionais estão a ser “subvertidas” por hábitos e costumes da “Cultura Ocidental”. O que ressalta a ideia de desvio de comportamento e orientação sexual. A maioria dos participantes da pesquisa direcciona a homossexualidade a uma naturalização ou ao âmbito das características inatas ou genéticas. Poderia interpretar-se que os entrevistados recorrem a causas naturais para explicar a homossexualidade como algo que está fora do controlo deles próprios e que os mesmos têm a responsabilidade de assumir ou não.

As causas e origem sobre a homossexualidade sempre constituíram um tema controverso. Dados do estudo do Ribeiro (2007) são consistentes aos resulta-

dos obtidos nesta pesquisa. Sugerem que na história da homossexualidade foram produzidos diversos discursos que argumentam e evidenciam o surgimento de tal identidade, e que algumas teorias no âmbito da biologia buscam apresentar uma possível causa da homossexualidade. Contudo, destaca a necessidade de problematizarmos questões tais como o entendimento do corpo, não somente como materialidade biológica, mas como construído a partir das múltiplas vivências sociais, históricas e culturais. A falta da compreensão sobre o corpo como matéria construída leva a categorização da homossexualidade como sendo um problema social que deve ser eliminado.

Com efeito, as constatações deste estudo em torno das noções e práticas sobre a homossexualidade remetem a reflectir sobre a possibilidade da sociedade passar a assumir os homossexuais como sujeitos constituídos por múltiplas identidades – classe, raça, género, sexo, idade – que se inter-relacionam posicionando-os nos diversos contextos socioculturais. Como argumenta Weeks (1999), embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade e em todos os tempos, aceite ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessa sociedade, somente nas sociedades actuais se desenvolveu uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada. Adicionalmente, há estudos que apontam as possíveis causas e/ou origem da identidade homossexual. O determinismo é uma das correntes que traz argumentos para explicar a causa da homossexualidade, tal teoria tem como perspectiva defender e admitir uma causa biológica para todos os factos. É importante destacar que há a necessidade de problematizarmos questões tais como o entendimento do corpo não somente como materialidade biológica, mas como construído a partir das múltiplas vivências sociais, históricas e culturais.

Sendo a sexualidade um dos aspectos fundamentais da vida humana por possuir dimensões físicas, psicológicas, sociais e culturais, a mesma foi objecto de avaliação deste estudo. Partiu-se do pressuposto de que as normas referentes ao comportamento sexual diferem amplamente entre culturas, e dentro de uma mesma cultura. Neste sentido, procurou-se compreender como ocorre a educação sexual nas três cidades. Sobre qual o melhor lugar para aprender sobre a sexualidade, os participantes nas três cidades afirmaram ser em casa, seguindo-se da escola, ritos de iniciação, grupos de amigos e, por último, a igreja. No quesito casa, a cidade de Maputo apresenta a maior percentagem com cerca de 64.5%, seguida da Beira com 40.5% e Nampula com 39.6%. A maior parte dos entrevistados nas três cidades em estudo considera a casa seguida da escola como local apropriado para falar da sexualidade. Ou seja, a família, a escola e as redes sociais constituem para os participantes lugares preferenciais para se apreender sobre a sexualidade. Entretanto, pode-se perceber o

grau de conveniência desta resposta, uma vez que é lugar-comum o facto de que na esfera doméstica não se cultiva uma cultura de diálogo aberto sobre o quer que seja, muito menos sobre um tema considerado tabu como a sexualidade. O que se pode concluir que a resposta que refere a casa como o melhor lugar para se falar da sexualidade seja apenas politicamente correcta.

Contudo, há que reconhecer as contribuições de outros estudos, a título de exemplo, enquanto Janeiro (2008) afirma que os primeiros educadores sexuais devem ser os pais porque a eles compete a maior responsabilidade na formação dos seus filhos, Bruzmarello (2010) argumenta que vários estudos mostram que o tema da sexualidade gera constrangimentos e aflições para pais e filhos. As razões são várias, mas comumente tem sido apontada a vergonha em abordar o assunto bem como a socialização dos próprios pais. Assim, a família/lar pode constituir um lugar ou grupo de apoio em enfrentar fenómenos ligados à discriminação no global, mas que, no caso da homossexualidade, pode ser o próprio lar/família onde a opressão e a intolerância fazem-se sentir mais fortes. Dados da pesquisa revelam ainda que, embora haja uma tendência para considerar normal falar sobre a sexualidade com os filhos, foram também encontradas respostas representativas de sentimentos de vergonha e mal-estar entre os participantes. Este cenário provavelmente esteja relacionado com o facto da sexualidade muitas vezes ser vista somente como referência ao acto sexual, negligenciando os sentimentos, desejos, interpretações, comportamentos, linguagens, crenças, identidades sexuais, entre outros. Todavia, estes todos elementos ainda constituem tabus e preconceitos.

Não menos relevante, falar sobre a sexualidade entre pais e filhos foi uma das inquietações que revelou uma certa inclinação à atribuição da responsabilidade a ambos os pais, comparativamente à responsabilidade de um dos progenitores ou encarregados de educação. Nas três cidades, a maior representatividade foi constatada na cidade de Maputo com cerca de 77%. As cidades de Beira e Nampula tendem a atribuir a responsabilidade sobre a sexualidade ao pai, comparativamente a Maputo, sendo representadas por 18.9%, 16% e 7.5%. Nampula apresenta uma percentagem de 12.5% em que os indivíduos afirmam que a mãe é quem deve falar sobre a sexualidade com os filhos.

Quando questionados se um homossexual pode ou não ocupar cargos de liderança e quanto ao usufruto dos seus direitos de cidadania, algumas divergências foram encontradas entre atitudes e conhecimentos. No que se refere à ocupação de cargos de liderança, as cidades de Nampula e Beira apresentam a mesma percentagem dos participantes estimada em 44.3%. Por outro lado, a cidade de Maputo apresenta uma

taxa de 47.5%, dos respondentes que não concordam que um homossexual possa assumir um determinado cargo de liderança. Contudo, pode ainda se observar que nas três cidades não existem diferenças muito significativas entre as respostas afirmativas e negativas. Por sua vez, comparando aos dados das três cidades sobre a equidade de direitos entre os casais homossexuais e os heterossexuais, Beira apresenta maior percentagem, com cerca de 63.9%, dos que os indivíduos acham que os casais homossexuais não têm os mesmos direitos que os casais heterossexuais, seguida de Nampula com 46.8% e, por último, Maputo representado por 37.5%. A tendência de não-aceitação por parte dos entrevistados em considerar legítima a presença de homossexuais na esfera pública, deve-se ao que Scardua & Souza Filho (2006) referiram como sendo um fenómeno que deriva do facto histórico de as experiências homossexuais serem vividas mais no espaço privado, diminuindo as possibilidades de reconhecimento social das mesmas: o que implica uma menor consolidação no espaço público de um conhecimento mais favorável a respeito da homossexualidade.

Se, por um lado, se afirma positivamente sobre a equidade de direitos entre os casais homossexuais e os heterossexuais, por outro lado permanecem algumas dúvidas, incertezas e desconhecimentos sobre os direitos dos homossexuais. A título de exemplo, ao se abordar a questão sobre a possibilidade dos casais homossexuais adoptarem crianças, a cidade da Beira apresenta maior percentagem com 55.4%, seguida da cidade de Nampula com 47.7% e Maputo com apenas 36%. Por sua vez, Maputo apresenta a maior percentagem (cerca de 49.5%), em que os indivíduos afirmam positivamente a adopção de crianças por parte dos casais homossexuais, seguida de Nampula (44.9%) e Beira (40.2%). Todavia, quando questionados sobre o que fariam se estivessem em presença de uma situação em que uma mulher estivesse a beijar outra mulher, constatou-se que na cidade de Maputo cerca de 43.5% respondem que não fariam nada, e ligeiras diferenças são encontradas em Nampula e Beira com as taxas de 29.3% e 27.7%, respectivamente. Contudo, há casos representativos de atitudes que estranhariam e sairiam do local onde estivessem a presenciar tal fenómeno nas cidades de Nampula e Beira, representadas por cerca de 27.6% e 28%, respectivamente.

O estudo focalizou a relação entre as práticas sociais e violência no seio das minorias sexuais. A título de exemplo, com relação à atitude que o entrevistado tomaria caso visse um homossexual a ser agredido fisicamente devido à sua orientação sexual, os dados da pesquisa revelam que dos 120 indivíduos que responderam que defenderiam o/a agredido/a cerca de 60% são do sexo masculino e igual percentagem recai para o sexo feminino. Dos 43 dos entrevistados que afirmaram que participariam da agressão, 22% são do

sexo masculino e 19% do sexo feminino. Enquanto 5% dos indivíduos do sexo masculino e 14% do sexo feminino afirmaram que chamariam a polícia, de um total de 14 respondentes. De um total de 17 respondentes que revelam que agiriam de forma indiferente perante a agressão, este número vai corresponder a 10% de indivíduos do sexo masculino para 2% do sexo feminino.

Apesar de a primeira tendência ser participar à polícia os casos de violência contra as minorias sexuais, percebe-se entre os participantes a possibilidade de atitudes de indiferença e de agressão contra os homossexuais. Este fenómeno pode estar relacionado com a homofobia que, de forma silenciosa, opera com muitas variáveis e engloba aspectos díspares, que vão desde discriminações e isolamento na esfera doméstica, à violação dos direitos de cidadania incluindo crimes na esfera pública. Vianna (2001) enfatiza que a violência que atinge homossexuais é mais heterogénea e complexa do que o modelo clássico do crime de ódio. Ademais, há que considerar a categorização de homofobia que divide as experiências de violência em duas grandes categorias: as "discriminações" e as "agressões". Entre as discriminações são mensuradas as experiências de "marginalização, exclusão ou mau atendimento" nas situações como, por exemplo, trabalho; lazer; escola; serviços de saúde; polícia; contexto religioso; contexto familiar; relações com amigos ou vizinhos. Entre as agressões são mensuradas experiências que poderiam ser mais facilmente criminalizadas nos termos da lei.

Face a essa complexidade, e tendo em conta as atitudes e práticas propensas à violência contra as minorias sexuais, as estratégias de enfrentar esses fenómenos e os discursos produzidos em torno da homossexual têm que reconhecer essa complexidade e mobilizar demandas específicas para diferentes tipologias de violências e discriminação social. Estas atitudes (discriminação, violência e crime) encontram fundamento em percepções que consideram o homossexual como um perverso bem como na escassa e deturpada informação sobre homossexualidade. Este cenário, contribui para que parte dos homossexuais não vivencie de forma plena a sua sexualidade e identidade. No entanto, mesmo existindo o preconceito e a discriminação, há uma tendência à tolerância da identidade homossexual quando ela é manifestação de alguém cujas relações sociais não são próximas. Esta tendência deve-se em parte à vinculação da condição da homossexualidade aos espaços como trabalho, escola, casa e rede de amizades, bem como o facto de fazer parte do dia-a-dia das pessoas em sociedades modernas. Como sublinha Mott (2000), num estudo sobre violência contra os homossexuais, muitos são os registos de jovens homossexuais que sofreram graves constrangimentos e violência psíquica e física, dentro do próprio lar, quando foram descobertos: insultos, agressões,

tratamentos compulsórios destinados à “cura” da sua orientação sexual, expulsão de casa e até casos extremos de execução (linchamento, assassinato). Na maioria dos casos, o preconceito existe não tanto pelo desconhecimento da realidade do indivíduo homossexual, mas pela falta de informação por parte do outro e, até mesmo, por parte do próprio indivíduo: associando ao homossexual concepções negativas e irreais.

Esse cenário representa um exemplo da forma como a identidade sexual interfere na vida de um indivíduo, impossibilitando muitas vezes que esse mesmo indivíduo possa exercer seus direitos de cidadania, incluindo a sua identidade sexual. Neste âmbito, faz-se justa e necessária a actuação de grupos de defesa de determinadas causas como promovendo uma celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, desmistificando os preconceitos e tabus, analisando o tipo específico de opressão e discriminação sofrida, mobilizando estratégias de promoção dos direitos das minorias sexuais.

8 Considerações finais

Como se pode depreender, há uma diversidade de concepções sobre a homossexualidade que não estão directamente relacionadas com as atitudes e práticas em torno do mesmo fenómeno. Com efeito, assumem-se posições diversas perante a homossexualidade independentemente do nível de escolaridade, religião, sexo, orientação sexual, idade e ocupação. Adicionalmente, nota-se uma contradição entre o que se conhece, pensa e como se posicionam perante a homossexualidade.

O desconhecimento sobre as causas e origem da homossexualidade contribuem para a existência de algumas discrepâncias entre os conhecimentos e práticas sexuais, aceitação de algumas práticas no âmbito da educação sexual. Consequentemente, há uma dificuldade na percepção e aceitação dos direitos de cidadania entre indivíduos homossexuais à semelhança dos heterossexuais. Há dificuldades na percepção do conceito de homossexualidade, constrangimentos em falar sobre orientação e práticas sexuais, bem como desconhecimento de casos concretos de indivíduos que se identificam como homossexuais. Essas dificuldades e constrangimentos podem constituir um indicador da existência de situações de se considerar a homossexualidade uma prática que não pertence à “cultura africana”, ou crime, pecado ou doença, assim como relacionada a situações de ocultação da identidade homossexual: o que leva com que as pessoas que rodeiam as minorias sexuais não se apercebam, não aceitem e busquem a cura ou tratamento.

Por conseguinte, dependendo dos laços sociais que existem entre os heterossexuais e homossexuais as percepções, tolerância, aceitação e respeito pelos homossexuais variam. Quando mais forte for o laço social entre os que se identificam como homossexuais e heterossexuais, maior é a tendência em considerar a homossexualidade como uma situação anormal, e que carece de uma intervenção, cura ou mudança de atitude por parte do parente próximo que demonstre tal atitude. Contudo, Maputo apresenta-se como a cidade que sugere a ideia de que os preconceitos, a homofobia e a violação dos direitos dos homossexuais tem vindo a ser ultrapassados, diminuindo à medida que se desloca para as cidades da Beira e Nampula.

A homofobia nos três locais de estudo opera com muitas variáveis, e engloba fenómenos díspares que vão desde discriminações na esfera doméstica e pública, a não consideração de actos de violência

como crime contra os homossexuais. O facto de a maior parte dos participantes tender a considerar como violência ou denunciar casos de agressão de homossexuais, não se pode assumir que os mesmos tomem essa atitude pelo facto de a vítima ser homossexual, mas tendem a fazê-lo pelo facto de serem antes de tudo seres humanos. Estas contradições notam-se também nas atitudes que se tomam perante a tendência à tolerância, à passividade, à agressão e à aceitação. A título de exemplo, em casos de se conhecer ou assumir a identidade homossexual de um vizinho, professor, médico e colega de trabalho. Por essa razão, as estratégias de enfrentar esses fenómenos, e os discursos produzidos pelo movimento homossexual têm que reconhecer essa complexidade, e mobilizar demandas específicas para diferentes formas de manifestação de casos de violência.

9 Recomendações

- Promover campanhas de esclarecimento sobre a homossexualidade lideradas pelo próprio movimento LGBT voltadas para a sociedade no seu todo (meio urbano e rural).
- Dedicar especial atenção para o trabalho de promoção dos direitos das minorias sexuais nas províncias de Sofala e Nampula, melhorando o trabalho de organização institucional e comunicação de valores contra a homofobia.
- As dinâmicas de discriminação na esfera da família, círculos de amizade e esfera pública demandam não só campanhas específicas de informação e mobilização, mas atendimento individual às vítimas, por meio de uma rede de apoio e protecção às minorias sexuais.
- Encorajar a divulgação de “casos exemplares” da identidade homossexual de figuras influentes e elites locais nos meios de comunicação social;
- Incremento sistemático das denúncias à polícia de casos de homofobia incluindo a divulgação de casos resolvidos cujo desfecho tenha sido bem-sucedido.
- Para os casos de homofobia registados nas escolas e no local de trabalho, há necessidade de mais pesquisas específicas e da criação de programas especiais envolvendo autoridades educacionais, professores e alunos.
- Promover debates, oficinas de trabalho envolvendo a sociedade civil com vista à promoção dos direitos das minorias sexuais.
- Buscar parceiros a nível governamental, ONGs internacionais e nacionais, organizações de base para juntos proporem uma estratégia de intervenção em defesa dos direitos sexuais das minorias.

10 Bibliografia

- ARTHUR, M. Os homossexuais e direitos humanos, in *Outras Vozes*, N° 6. Maputo, Fevereiro de 2004.
- BAGNOL, B. *Diagnóstico da Orientação sexual em Maputo e Nampula*, Maputo, S/E, 1996.
- BAGNOL, B. CABRAL, Zaida. *Estudo sobre o Estatuto do Professor do Ensino Primário em Moçambique*. Ministério da Educação: ONP/SNPM. Maputo, 1998.
- BARRETO, R. C. Vasconcelos. A homossexualidade em foco: Discutindo o padrão masculino dominante. S/E. S/L.S/D.
- BRUZAMARELLO, Bruna. *Educação sexual de adolescentes nas escolas: um olhar sobre o cenário brasileiro*. Dissertação (Bacharel em enfermagem) Porto Alegre. Universidade Federal do Rio grande do sul. 2010
- CARRARA, S. RAMOS, S. CAETANO, M. *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade*. Pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT- Rio 2003.
- DA SILVA, D.; JOSEPH, D.; GUNE, E. MUSSA, F.; WHEELER, J.; BENEDETTI, M. CHISSANO, M. *Estudo sobre vulnerabilidade e risco de infecção pelo HIV entre homens que fazem sexo com homens na Cidade de Maputo*. 1ª Edição, Lambda: Maputo. 2010.
- DIAS, M. B. Homoafectividade e Direito Homoafectivo. S/D, S/L.
- DOMINGOS, A. P. Famílias unidas pelos sobrinhos: conjugalidades e parentesco entre um grupo de homossexuais na cidade de Maputo. Monografia (Licenciatura em Antropologia) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais - Departamento de Arqueologia e Antropologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2012.
- FRY, P. Para inglês ver: identidade, cultura e política. Rio de Janeiro: Zahara Editores, 1982.
- FRY, P. & M. E. O que é homossexualidade? São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade - A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- GUAMBE, A. Experiências e Percepções sobre o uso de insumos de prevenção do HIV e outras ITS em homens que fazem sexo com homens em Maputo entre 2010 a 2012.(Dissertação do Mestrado em Saúde Pública), Departamento de Saúde da Comunidade, Faculdade de Medicina - UEM
- GUIMARAES, C. D. O Homossexual visto por entendidos, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HEILBORN, M. L.. Ser ou Estar homossexual: dilemas de construção da identidade social: In: PARKER, R ICHARD & Barbosa, Regina. Sexualidade Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1996.
- JANEIRO, J. M. da S.V. Educar sexualmente os adolescentes: uma finalidade da família e da sociedade? Revista Gaucha de enfermagem, Porto alegre. V.29. P.382-390, 2008.

JEOLAS, L. S. & PAULILO, M. A. S. Representações sociais da homossexualidade entre professores do ensino público: continuidades e rupturas. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre v. 7 n°. 2 pp. 266-285. 2008.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, C. CAMINO, L. Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.15. n°.1. Porto Alegre, 2002.

LONGARARY, D.A & RIBEIRO, P. R. C. Problematizando os discursos científicos sobre a homossexualidade. Encontro nacional de pesquisa em educação em ciências. (S.D.)

MANHICE, M. Homossexualidade na cidade de Maputo: mecanismos de afirmação e legitimação social dos Gays. In: LAMBDA, Expressões da homossexualidade em Maputo. 1ª Edição, Lambda: Maputo, pp 47-77, 2012.

MATIAS, D. Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação, S/L, S/E, 2007.

MENEZES, I. Espaço Público, Vidas Privadas: identidade gay em Lisboa. Lisboa: S/E. 1998.

NHASSENGO, S. K. Identidade Gay e Lésbica: estratégias e táticas usadas pelos homossexuais para contrapor o estigma e marginalização social na cidade de Maputo. Monografia (Licenciatura em Sociologia) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais - Departamento de Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2012.

OLIVEIRA, M. R. dos A. MORGADO, M. A. Jovens, sexualidade e educação: homossexualidade no espaço escolar. GT: Género, Sexualidade e Educação/ n. 23. S/D.

PARKER, R. & BARBOSA, R. Sexualidade pelo avesso. São Paulo: Editora 34, 1999.

RAMOS, S; CARRARA, S; CAETANO, M. Política, Direito, Violência e homossexualidade. Pesquisa 8º parada do orgulho GLBT, Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

RAMOS, S.; CARRARA, S. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16 (2):185-205, 2006.

SAIETE, S. K. F. Marta. Construção e Gestão da Identidade Homossexual das Lésbicas em Moçambique. Monografia (Licenciatura em Sociologia) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais - Departamento de Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

SCAPPINI, M. C. A., União homossexual: a necessidade de reconhecimento pelo direito de família. 2005. Monografia (Licenciatura em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

SCARDUA, A; SOUSA FILHO, E. A. O debate sobre a homossexualidade mediada por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.19.n°.3, Porto Alegre, 2006.

SHINMON, F M., GUERRA, S. S. & TASSIGNY, M. Homossexualidade, psicanálise freudiana e pós-modernidade, Fortaleza: Revista Humanidades, V. 23, 2008.

TIMBANA, A. De Maria-rapaz a lésbicas: trajectórias identitárias de mulheres que fazem sexo com outras mulheres. In: LAMBDA, Expressões da homossexualidade em Maputo. 1ª Edição, Lambda: Maputo, pp. 7-47. 2012.

VALAS, P. Freud e a Perversão, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.

WEEKS, J. O Corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org). O Corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 35-82, 1999.

Fontes electrónicas

DULLIUS, Paulo. Principais conflitos da estrutura homossexual e outros conflitos hete-rossexuais. S/E. S/L.S/D. Disponível Em:

<http://www.relal.com.co/documentos/serhermano/ProgramaFormadores-Lasallistas/Vinculos-afectos-y-Acompanamiento/PRINCIPALES-CONFLICTOS-DA-ESTRUTURA-Homossexual-Paulo-Dullius.pdf> acesso em: 24 de Junho de 2013.

LISBOA, F. S. Homossexualidade: como curar o que não é doença?. 2013. Disponível em <http://psicologiadospicologos.blogspot.com/2013/01/homossexualidade-como-curar-o-que-nao-e.html> Acesso em: 27 de Junho de 2013.

MOTT, L. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? S/E. S/L. 2000.

Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/colenc.01.a09.pdf> acesso em: 24 de Junho de 2013.

NOTA, J. M.; VILAÇA, T.; MABOTE, C. Atitudes face à homossexualidade entre futuros professores de biologia para o ensino de secundário geral em Moçambique. S/E. S/L.S/D. Disponível: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/21276/1/Revista%20Ibero-Americana%20de%20Estudos%20em%20Educacao%20Juvencio%20Nota%20et%20al-2012.pdf>. acesso: 26 de Junho de 2013

SAMPAIO, P. O que a Psicologia tem a dizer sobre a homossexualidade? S/L, S/E, 2013. Disponível em: <http://pedro-sampaio.blogspot.com/2013/03/o-que-psicologia-tem-dizer-sobre.html>> acesso em 24 de Junho de 2013.

